



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 087 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 087

78ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Telegramas 03

Indicações 03

Designações 04

Requerimentos 04

Projetos de Resolução 10

Projetos de Lei 11

Grande Expediente:

Dep. Geraldo Cartário 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 23

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 24

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 25

Discussão/Votação

Redação Final 26

3ª Discussão 26

2ª Discussão 26

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 27

Transcrição 28

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 29

Diretoria Geral

Portarias 31

DIÁRIO Nº 087

78ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

06 DE AGOSTO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Reni Pereira (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Marcelo Rangel e Ribas Carli Filho (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 235 e 236/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

314/07: de autoria do Deputado Alexandre Curi que, dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 13867, de 08 de novembro de 2002, o qual convertido em Lei tomou o nº 15585. **Anote-se - Arquite-se.**

273/07: de autoria do Deputado Antonio Belinati que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Severino Nunes de Araújo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15586. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 237/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 083/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 238/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 319/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 239/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 360/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 349/07, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando relatório de atividades desenvolvidas por essa Corte de Contas durante o 2º trimestre de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1772/07-OPD/GP do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente em exercício, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia das principais peças do Processo nº 124436/04-TC, referente à impugnação de despesas realizadas pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, no exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 343/07-GAB/SFA/PR, do Sr. Daniel Gonçalves Filho - Superintendente Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná, comunicando celebração do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 001/06 - Sanidade Animal e 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 002/06 - Sanidade Vegetal. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná (SES), conforme segue abaixo:

000002/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.350.000,00 - pagamento de aquisição de equipamento e material permanente.

000003/MS/SE/FNS - valor de R\$ 395.246,28 - pagamento de reforma, ampliação de unidade de saúde e aquisição de equipamento e material permanente.

000144/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimentos de parcerias com as OSC.

000184/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimentos de parcerias com as OSC.

000195/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimentos de parcerias com as OSC.

Ao conhecimento da Casa.

Indicação

INDICAÇÃO Nº 240/07

SUMÚLA:

Propõe a realização de campanha de esclarecimento, alertando sobre os malefícios da utilização do narguilé ou cachimbo d'água.

Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que a Secretaria de Estado da Saúde promova a realização de campanha de esclarecimento, alertando sobre os malefícios da utilização do narguilé ou cachimbo d'água;

II - o alerta, principalmente aos jovens, apresente-se como necessário, pois muitas pessoas, inclusive pais de família, não têm a verdadeira noção dos males causado pelo narguilé, sendo usado abertamente em rodas de amigos, barzinhos e até em reuniões familiares, incentivando a aquisição de novos hábitos, como o de fumar. Além do mais, o mesmo é misturado a outras substâncias químicas, tais como vodka e aguardente, causadores de dependência física e psíquica;

III - vale lembrar ainda, que conforme o artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adultos flagrados entregando narguilé a crianças e/ou a adolescentes podem responder a processo criminal;

IV - o atendimento desta indicação trará enormes benefícios a toda comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.08.07

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ribas Carli Filho para representar esta Casa de Leis nos dias 05, 06, e 07 de agosto de 2007, na cidade de Montevideo, República Oriental do Uruguai, na reunião da UPM - União Parlamentar do MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURY

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER autorização desta Casa, para participar da IV Edição do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, pela Assembléia Legislativa do Estado, nos dias 15 e 16 de agosto em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Tomires Gianisela Lisboa, mãe do Presidente do Paraná Turismo e Presidente da Comissão Executiva do PMDB de Ponta Grossa, Herculano

Francisco Gianisela Lisboa, ocorrido no dia 04 de agosto passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, à R. Carlos Osternark, nº 385, Jardim América, CEP: 84040-120, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gustavo Pereira Rodrigues, vítima do acidente aeronáutico ocorrido com o voo 3054 da TAM, filho da ex-Vereadora e ex-Presidente da Câmara Municipal de Carambeí, Cirurgiã Dentista, Norma Rodrigues, ocorrido no dia 17 de julho passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, à Av. do Ouro, nº 326, Centro, CEP: 84145-000, Carambeí/PR.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Bortolini, falecido no último dia 03 do corrente na cidade de Clevelândia.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 03, na cidade de Clevelândia, aos 86 anos de idade, o Sr. Arlindo Bortolini, comerciante e industrial, pioneiro do município de Clevelândia, onde iniciou suas atividades laboriosas no ano de 1951, primogênito de 7 irmãos, filho de Francisco Bortolini e Vitória Dal Piva Bortolini.

Deixou viúva a Sra. Alzira Possan Bortolini, 8 filhos: Emilia, Dioracy (ex-Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, ex-Presidente da Associação da Câmara do Sudoeste do Paraná, e Vice-Presidente da Associação Paranaense dos Vereadores), Antonio (ex-Prefeito de Clevelândia), Vitória, Marilene, Sonia e Francisco. deixou 15 netos e 2 bisnetos.

É deveras um dia de muita tristeza.

Após 86 anos de trabalho constante para a família e toda a comunidade clevelandense, a sua passagem por esta vida soube granjear a confiança e a simpatia de todos aqueles que recorreram em busca de lenitivo.

E o segredo disso reside na proficiência, dedicação e finura no trato. Nunca um sofredor bateu à porta do Sr. Arlindo sem que fosse atendido.

Na sequência histórica do sudoeste, veremos como Arlindo Bortolini lutou para que Clevelândia fosse hoje o que é: melhor que ontem e será muito melhor amanhã.

Como filho de Clevelândia, desejo, nesta oportunidade, homenagear mais uma vez a laboriosa e culta família Bortolini.

O passamento do Sr. Arlindo Bortolini veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais esquecerão a sua maneira de ser. Seus gestos, seu companheirismo e carinho dispensado a todos sempre serão lembrados.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bortolini, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2252

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edmilson Zarpelon, ocorrido no último dia 03 de agosto.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a Sra. Marilda Keller Zarpelon, com endereço na R. Londrina, nº 230 - Jardim Curitiba - CEP 87303-310, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Edmilson Zarpelon nossos devidos pêsames pela sua precoce partida, ocorrida no último dia 03 de agosto de 2007, que deixa eternas saudades.

Pessoa de destaque na sociedade mourãoense, foi Presidente da Associação Brasileira de odontologia, regional de Campo Mourão, e participou de diversos projetos em prol da comunidade, sendo inclusive, Coordenador dos trabalhos que conduziram à doação de um veículo para o Centro de educação Santa Rita, no Lar Paraná, que atende 380 crianças e adolescentes. Rotariano de Campo Mourão, o Sr. Edmilson ocupou quase todos os cargos da diretoria, tendo, inclusive, sido o mais jovem rotariano a presidir um clube na cidade.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, voto de congratulações e aplausos à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem de seus 153 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cel. Nemésio Xavier França Filho, Comandante-Geral da PM, para que receba e transmita à todos os comandados o respeito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em todas as épocas e em todos os tempos a Polícia Militar do Estado do Paraná, incumbiu-se da defesa, da honra e da integridade do estado.

Podemos afirmar ser a Polícia Militar a alma do Paraná, nela se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia de ordem e de disciplina.

Glória seja, pois, a nossa Polícia Militar, que sempre soube criar uma figura importante, que por si só basta para estereotipar o povo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplauso ao município de Goioerê, pela passagem, no próximo dia 10 de agosto de 2007, de seus 52 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Fuad Kfuri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Jacinto Tiziani Júnior, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Goioerê.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população goioerense, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade, que jubilosamente estará comemorando seus 52 anos de emancipação política, no próximo dia 10 de agosto de 2007.

As conquistas alcançadas pelo município, em parceria com o Governo Estadual, dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se consegue os resultados tão almejados por todos.

Portanto, nesta data tão especial, queremos, através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos que, de uma forma ou de outra, dão sua parcela de contribuição para o engrandecimento do município e o bem-estar do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se às homenagens que serão prestadas ao povo trabalhador e honesto de Goioerê, na festiva data comemorativa ao 52º aniversário da emancipação política e administrativa do município.

REQUERIMENTO Nº 2227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Haddad, DD. Ministro da Educação (MEC), bem como o Exmo. Sr. Dr. Maurício Requião, DD. Secretário de Estado da Educação, pela iniciativa conjunta de erradicar o analfabetismo no estado do Paraná, até o ano de 2010.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Exmos. Sr. Ministro da Educação Dr. Fernando Haddad e ao Dr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

“Abrir escolas é fechar prisões”.

Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da redação deste requerimento.

Bem haja aqueles que não pouparam esforços para erradicar o analfabetismo no estado do Paraná, proporcionando às crianças, jovens e adultos desta bendita terra, o pão do saber.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que somente a escola ministra. E não só os tributos como a educação que ela proporciona.

É na escola que as crianças, os jovens e os adultos recebem os primeiros instrumentos que os habilitarão a lutarem pela existência.

A ignorância é um ergástulo em que a alma se estiola e embrutece, fazendo descer o homem à condição de bruto. A escola, porém, qual farol a espancar as trevas, projeta-lhes na alma as luzes do saber e no coração o sentimento do dever.

Ali, a criança, o jovem e o adulto, aprenderão que a sociedade humana à qual pertencem se dirige por normas e regras às quais terão que submeterem-se para tornarem-se membros úteis à si mesmos e à sociedade de que fazem parte.

Estejam certos, Sr. Ministro e Sr. Secretário da Educação, que com esta iniciativa, levantaram mais um

dique à ignorância, concorrendo para tornar estável o homem de amanhã. O estado do Paraná e a sociedade em geral vos serão reconhecidos por essa benevolência.

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, para que fique registrado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Dr. Nelson Azevedo Jobim, pela sua nomeação e posse como Ministro da defesa do Brasil.

Requer outrossim, que da decisão da casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ministro de Defesa do Brasil Dr. Nelson Azevedo Jobim.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

S. Exa., o Ministro da Defesa, Dr. Nelson Azevedo Jobim, nasceu em 12 de abril de 1946, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1968. Foi Deputado Federal por duas vezes consecutivas, representando o PMDB, do Rio Grande do Sul. Seus mandatos foram de 1987 a 1991 e de 1991 a 1995. Em 1995, Dr. Nelson Jobim, assumiu o cargo de Ministro de Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ficou no cargo até 1997, quando foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco Rezek. Assumiu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em junho de 2001, e presidiu o processo eleitoral de outubro de 2002. Foi eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2003. Como Presidente do STF, exerceu também o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Aposentou-se em 2006.

Em todas as épocas e em todos os tempos o Ministro da Defesa incumbiu-se da defesa, da honra e da integridade da pátria.

Podemos afirmar ser o Ministro da Defesa a alma *mater* da nação. Nele se integram o espírito de sacrifício de heroísmo, de abnegação e renúncia, de ordem de disciplina.

Uma vontade única é a sua lei. E aí do país onde isso não acontece. Só um farol lhe indica o caminho: A Constituição e a lei que é o seu prolongamento.

Eis porque o Ministério da Defesa deve evitar às infiltrações egoísticas de grupos que não comunguem com a maioria.

A defesa, porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são todos os que compõem o quadro do Ministério da Defesa.

Assim sendo, Sr. Ministro Jobim, é com toda a confiança, diremos mesmo, e com todo o carinho que recebemos como Ministro de Defesa ao Brasil.

Estamos certos que nossa expectativa não será iludida e que as tradições de honradez que marcaram as decisões proferidas, serão mantidas.

Glória seja, pois, ao nosso novo Ministro da Defesa, que saberá criar uma figura imponente como essa que, por si só, basta para estereotipar o povo brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Herminia Tremea e Paulo Tremea, pela celebração de Bodas de Ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, que serão festejados no próximo dia 11 de agosto de 2007, no município de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando seus votos de louvor, congratulações e também muito aplausos, extensivos aos filhos, genros, noras, netos, bisneta e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade da Vila Flórida, pelo ilustre casal de pioneiros que, ao longo dos anos, muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Nemésio Xavier França Filho e a toda a corporação, pelo aniversário de 153 anos.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Nemésio Xavier França Filho no endereço: Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Rebouças - CEP 80230-110 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-nos manifestar os nossos sentimentos de reconhecimento e gratidão pelos altos padrões de eficiência e profissionalismo demonstrados por essa Instituição, a Polícia Militar do Estado do Paraná, no decorrer dos seus 153 anos de serviços prestados ao estado do Paraná.

A Polícia Militar do Paraná foi criada em 10 de agosto de 1854, como Companhia da Força Policial, pelo Presidente da Nova Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que nomeou o Capitão de 1ª Linha do Exército

Imperial, Joaquim José Moreira Mendonça, para organizar a corporação, composta por 67 homens.

A história da PM paranaense mostra uma honrosa participação em episódios que marcaram a vida nacional, combatendo na Guerra do Paraguai em 1865, Revolução Federalista em 1893 e na Guerra do Contestado em 1913, entre outras.

REQUERIMENTO Nº 2251

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação e merecimento ao Sr. Geraldo Sebastião dos Santos, pela homenagem recebida da Federação do Comércio do Paraná em 13 de julho passado.

Em solenidade ocorrida em julho próximo passado, a Federação do Comércio do Paraná promoveu a entrega do Troféu Guerreiro do Comércio do Paraná a alguns empresários de destaque na sociedade paranaense. O reconhecimento ao empresário fundamenta-se em que pelo menos 3 empreendimentos de destaque na cidade de Campo Mourão estão sob a sua coordenação e direção: Panificadora Fiorella, Cine Maxs e a Arena Metais Reciclados.

A honraria criada em 2006 é concedida anualmente pelo Sistema FECOMÉRCIO, SESC e SENAC a empresários do estado ligados aos mais variados segmentos econômicos, escolhidos por uma comissão de assessores técnicos da Federação do Comércio a partir de listas tríplices encaminhadas pelos sindicatos patronais filiados à entidade. A intenção é destacar empreendedores que sejam exemplo para a comunidade em que estão inseridos.

As 3 empresas sob o comando do Sr. Geraldo geram, atualmente, mais de 100 empregos diretos em Campo Mourão: são 78 na Panificadora Fiorella, 6 no Cine Maxs e 18 na Arena Metais, mas o nosso homenageado é ainda Presidente da Associação dos Ovinocultores de Campo Mourão (OVINOCAMPO), que foi criada em 2004 e atualmente tem 42 associados.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Geraldo Sebastião dos Santos, no endereço da Panificadora Fiorella, à R. São José, 2010, Centro, Campo Mourão, CEP 87303-190.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de solidariedade ao

empresário Adauto Francisco Matheus, proprietário da Rádio Cabiúna, de Bandeirantes, cuja emissora teve um automóvel incendiado em Andirá, no último domingo.

O repórter Oswaldo Luiz, na sagrada missão de bem informar o público ouvinte da Cabiúna, fazia cobertura de tumulto originado na tentativa de moradores de Andirá de linchar um assassino. Vândalos se aproveitaram do episódio e, covardemente, incendiaram o veículo, modelo Gol, da Rádio Cabiúna. O lamentável episódio não reflete o comportamento ordeiro da maioria dos habitantes de Andirá. É preciso que se registre o veemente repúdio a ações como essa, com a defesa de que as autoridades da segurança pública hajam sempre, com rigor e competência, para evitar sua repetição. E, à direção e funcionários da Cabiúna, uma das mais tradicionais estações de rádio do Paraná, o respeito, aplauso e solidariedade desta Casa de Leis, com votos de que continuem servindo sempre os paranaenses com sua programação jornalística em parcial.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Dd. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a instalação de um redutor de velocidade na PR-575, no distrito de Palmitópolis, município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente a instalação de um redutor de velocidade na PR-575, no início do perímetro urbano do distrito de Palmitópolis, localizado no município de Nova Aurora.

É imprescindível a instalação do referido redutor, tendo em vista o elevado movimento de pedestres, inclusive crianças que trafegam diariamente naquele local, o que exige a implantação de medida para disciplinar o tráfego de veículos que transitam pelo trecho em alta velocidade, colocando em risco a vida dos moradores daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, DD. Ministro dos Transportes em Brasília, no sentido de determinar às autoridades competentes, para interceder para que a segunda praça de pedágio a ser instalada nas rodovias BR-376 e BR-101, entre Curitiba e Garuva, seja instalada depois do trevo de Garuva, ou sejam, depois do km 06, da BR-101.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A BR-376, no trecho de Curitiba até a divisa de Santa Catarina, foi construída exclusivamente com recursos do Governo paranaense.

Agora, criando-se duas praças de pedágio antes do trevo de Garuva, irá prejudicar consideravelmente toda a população que deseja seguir para o município de Guaratuba, passando pelo trevo de Garuva.

Sr. Ministro, o trevo de Garuva fica no Km 06 da BR-101 e o segundo pedágio está previsto para ser instalado no Km 05, ainda antes do acesso a Garuva.

A preocupação da população de Guaratuba, especialmente dos comerciantes é de que os visitantes desistam de ir até Guratuba por terem de pagar 2 pedágios, sem necessidade.

Com isto, certamente diminuirá o número de turistas paranaenses, bem como de outros estados, para passarem férias e temporadas em Guaratuba, conforme é feito atualmente.

Estamos certos que o Sr. Ministro atenderá o nosos angustiante pedido, para felicidade de todos os nosos irmãos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente em regime de urgência ao Exmo. Sr. Dr. Orlando Silva de Jesus Júnior, DD. Ministro do Esporte, no sentido de determinar estudos com as autoridades competentes para que sejam autorizadas todas as ligas, federações esportivas e universidades de todo o país, estabelecerem definitivamente futebol feminino profissional por todo o nosso Brasil.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Acompanhamos pela televisão quase que todas as partidas de futebol feminino do campeonato Pan-2007, no Brasil.

A nossa Seleção Brasileira de Futebol Feminino disputou 6 partidas no Pan, vencendo todas, totalizando 33 gols a favor, sem nenhum contra, ficando na história para a posteridade, coroando a melhor performace brasileira em Pan-Americanos, garantindo, na última e formidável partida do último dia 26 de julho contra a equipe do Estados Unidos, vencida pelo Brasil por 5x0, conquistando medalha de ouro para o Brasil.

O esporte, Sr. Ministro, é uma escola: nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não a nortearse?

Hoje em dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciência.

Eis a razão porque, em todos os países civilizados do mundo, o esporte é hoje contemplado nas atividades

educativas como parte imprescindível de seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino: *Mens Sano In Corpore Sano*.

Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre as demais nações do globo.

Sentimos orgulho, neste momento, de prestar à notável seleção feminina o nosso tributo de admiração e respeito. Por esta e outras razões que temos certeza que S. Exa. o Sr. Ministro Dr. Orlando Silva de Jesus Júnior acolherá esta nossa modesta sugestão.

REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio deste e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, para que este forneça informações acerca da existência de projetos na TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná, que destine recursos da COPEL para investimentos em usinas de biodiesel. Informar, também, na hipótese de positiva a resposta, que municípios estariam sendo atendidos ou previsto o atendimento.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o pedido de informações à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura, as seguintes questões:

1) qual a forma adotada para a contratação de colunistas que usam espaços dentro dos telejornais;

2) qual o procedimento a ser adotado para quem pleiteia espaço ou horário para atuar na grade de programação da TVE/PR;

3) quais são os valores pagos para ocupação destes horários;

4) solicito cópia das exibições da Coluna Pense Bem, inseridas até a presente data, no telejornal da TVE/PR.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio deste e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, para que este forneça informações acerca da existência de projetos na TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná, que destine recursos da COPEL para investimentos em usinas de biodiesel. Informar, também, na hipótese de positiva a resposta, que municípios estariam sendo atendidos ou previsto o atendimento.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na ata da Sessão de hoje, para que fique gravado nos Anais, para a posteridade, o artigo Reforma Política Radial, de autoria do jornalista Leo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo do dia 25 de julho de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao jornalista Leo de Almeida Neves, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Leo de Almeida Neves foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Diretor do Banco do Brasil, Chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

O tema de reforma política, muito especial das regras partidárias e eleitorais, tem ocupado espaços permanentes na imprensa nacional.

Essas reformas exigem uma forte e permanente pressão da sociedade civil, por associações, entidades organizadas, e movimentos sindicais e estudantis.

Vamos, portanto, nos mobilizar para cobrar o andamento de uma verdadeira reforma política que permita maior supervisão da sociedade sobre os eleitos, diminuindo, em decorrência, os tributos que hoje pagamos em nível muito superior a outras nações em desenvolvimento.

O importante é identificar as motivações que darão origem as propostas, como deseja o nosso antigo amigo Leo de Almeida Neves.

Todos somos chamados à participação na busca do bem comum. Se muitas estruturas atuais geram a pobreza, é por falta de responsabilidade política, econômica e cultural. A realidade de nosso país mostra que há no mundo político, comunicativo e universitário, uma ausência muito grande de líderes com forte personalidade e coerentes na sua votação corrente com convicções éticas e morais.

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica criada a Frente Parlamentar Brasil/Japão do Estado do Paraná.

§ 1º A Frente Parlamentar Brasil/Japão do Estado do Paraná, com caráter suprapartidário, congregará Parlamentares desta Casa, os quais comunguem do mesmo ideal de contribuir para a o estreitamento das relações econômicas, culturais, educacionais e artísticas entre os dois países.

§ 2º A Frente Parlamentar de que trata o artigo 1º servirá para fortalecer os laços de amizade entre o Brasil e o Japão, no âmbito do estado do Paraná, independente de suas crenças religiosas, filiações ideológicas e ligações político-partidárias.

Art. 2º A adesão por parte dos Deputados à Frente Parlamentar Brasil/Japão do Estado do Paraná dar-se-á por expressão escrita do Parlamentar dirigida à Mesa Executiva, sendo facultada à todos os Parlamentares interessados.

I - A partir da data da publicação da presente resolução, estarão abertas as inscrições de adesão à Frente Parlamentar.

II - Os inscritos para formar a Frente Parlamentar Brasil/Japão do Estado do Paraná, escolherão entre si os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, para elaborarem o Regimento Interno da Frente, bem como serão membros efetivos da mesma.

Art. 3º As reuniões da Frente Parlamentar Brasil/Japão, poderão ser realizadas em qualquer cidade do território do estado do Paraná, conforme interesse da Frente, e poderão ser assistidas por qualquer cidadão.

Art. 4º A Frente Parlamentar Brasil/Japão no Estado do Paraná, será regida por Estatuto Próprio, registrado em Cartório de Registrado Civil e Títulos e Documentos, respeitadas as exigências do Código de Processo Civil Brasileiro e Constituições Federal e Estadual, sendo vedados quaisquer tipo de remuneração para seus membros e Diretores.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A amizade surgida e fortalecida entre brasileiros e japoneses, data de quase 100 anos - 18 de junho de 1907 - desde quando atracou no porto de Santos o navio Kasato Maru, trazendo os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil. Os primeiros imigrantes que se fixaram no Paraná fixaram residência em Fazenda Monte Claro, no município de Ribeirão Claro, foram Kinsuke Kato e mais 5 famílias que haviam chegado ao Brasil em maio de 1913, a bordo do Unkai Maru, portanto 5 anos após a vinda do Kasato Maru.

Hoje, são mais de 150 mil nikkeis em nosso estado, que com muita determinação superaram todos os obstáculos sem descuidar da educação de seus filhos e da manutenção da sua cultura e da sua tradição.

O Paraná tem como estado irmão a Província de Hyogo, enquanto várias cidades paranaenses têm cidades deste estado como suas co-irmãs, como: Curitiba/Himeji; Londrina/Nishinomya; Paranaguá/Awaji e Maringá/Kakogawa.

Nos últimos anos, a estrutura produtiva mundial sofreu uma mudança fundamental. O rápido crescimento foi acompanhado por uma profunda alteração geográfica que mudou o centro de gravidade da economia globalizada. Essa mudança pode ser constatada a partir da tabela de porcentagem da produção mundial, com estatística de 2205, que mostra a União Européia com os 27 países da sua composição, mais Turquia e Croácia juntos, com 23,5%; USA, Canadá e México, com 24,2% e a Ásia, apontando um crescimento de produção de 36,0% (sendo China 14,4 %, Japão 6,5%, Índia 6,2 % e outros países asiáticos com os restantes 8,9%).

Os Estados Unidos há poucos anos representavam um terço da produção mundial, e, hoje representam apenas a quinta parte. Essa mudança de estrutura produtiva foi acompanhada por uma alteração ainda mais radical da composição dos saldos em conta corrente (transferência de poupança) dos diversos países.

O Brasil, em termos de valorização do câmbio real, considerando os números de maio de 2006 a março de 2007, possui a maior média mundial, com um crescimento de 128% nesse período.

Como se nota, o Japão, no que concerne ao seu relacionamento com o Brasil, pode ser considerado como um dos fatores dessa mudança do centro de gravidade, através da sua indústria de máquinas e equipamentos e da transferência de tecnologia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem se preocupando em acompanhar de perto as mudanças do mercado econômico e essa transferência de mercado mundial, e, por certo fará um grande trabalho para o Paraná, em aperfeiçoar esse relacionamento com a tecno-

logia e o mercado japonês através da proposição por nós apresentada neste projeto.

Por estas razões é que propomos a formação da Frente Parlamentar Brasil/Japão, aproveitando, também, que as atenções do Japão estão voltadas para os 150 mil japoneses que aqui residem no nosso estado, em face das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil

Assim, pedimos aos nobres Pares desta Casa a aprovação do presente projeto de resolução.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 543/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica estabelecida a obrigatoriedade da instalação de estacionamento de bicicletas nas escolas da rede pública do estado do Paraná.

§1° A iniciativa para criação das vagas para bicicleta destinadas a estudantes deverá ser dentro da escola, atendendo o disposto no *caput deste artigo*.

§ 2° Não deverá ser cobrada a vaga para bicicletas destinadas aos alunos da escola em que esteja instalada no horário normal das aulas.

Art. 3° As escolas podem criar os estacionamentos para bicicletas com faixas e/ou bicicletários e oferecer a guarda dos mesmos.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Apesar do Legislativo do nosso estado estar aberto a realidade do crescimento do uso da bicicleta em nosso estado, pouco se tem feito no sentido de priorizá-la como veículo de transporte.

Observa-se, no entanto, em muitos bairros das nossas cidades, o aumento de adolescentes indo para escola de bicicleta, justamente onde a escola oferece algum tipo de guarda e estacionamento para as mesmas. Muitos jovens gostariam de utilizar este tipo de veículo como transporte preferencial para a escola, mas a falta de estacionamentos adequados dentro e fora da escola é o principal fator desestimulante.

O fator de haver interesse, tanto dos estudantes como do próprio colégio, em torno do assunto, nos possibilita criar uma lei permitindo a criação dos bicicletários ao invés de obrigar a sua criação.

Com esta iniciativa, espera-se que a comunidade interessada se mobilize para a sua realização, pois muito se fala em torno do uso da bicicleta como solução para os

mais diferentes problemas, que vão da saúde física ao equilíbrio ecológico do planeta.

A necessidade dos bicicletários nas escolas resolverá, em parte, o problema de transporte para muitos estudantes, além de ser um transporte que traz grandes benefícios à saúde e contribui para a melhoria do meio ambiente.

PROJETO DE LEI N° 544/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública o PROVOPAR Ação Social Municipal, com sede e foro na cidade de Diamante do Oeste e foro no município de Matelândia.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR Ação - Social Municipal, fundado em março de 1993, sem fins lucrativos, vem promovendo a valorização da pessoa humana, atendendo crianças carentes, idosos e deficientes, organizando a ação do voluntariado na melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais, com incentivo da comunidade no processo de desenvolvimento social, assegurando-lhes eficiência nos programas de órgãos oficiais que atuam no campo sócio-econômico e cultural.

Trata-se de uma entidade de caráter beneficente, com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob n° 95.728.374/0001-34, e pela sua importância e representatividade é merecedora de ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N° 545/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° As distribuidoras de filmes para exibição em salas de cinema e os organizadores de exibição de peças teatrais e demais obras dramáticas e cenográficas ficam obrigados a legendar as obras exibidas ou a oferecer interpretação do texto correspondente em linguagem compreensível aos portadores de deficiência auditiva, na forma desta lei.

Art. 2° Os filmes exibidos em salas de cinema deverão ser legendados em língua portuguesa.

§ 1º A obrigação estende-se a todos os filmes comercializados para exibição, excetuados:

I - os filmes destinados à divulgação de músicas;

II - as peças publicitárias;

III - os filmes de curta metragem, conforme definidos na regulamentação desta lei;

IV - as obras exibidas em caráter não comercial ou em festivais e mostras competitivas.

§ 2º Os locais que disponham de mais de uma sala de exibição oferecendo simultaneamente a mesma obra, poderão limitar a exibição da cópia legendada a apenas uma sala.

Art. 3º Na apresentação de peças de teatro e demais obras dramáticas e cenográficas, o organizador deverá dispor de equipamento para exibição de legenda ou recurso para interpretação do texto em linguagem compreensível aos portadores de deficiência auditiva.

§ 1º O equipamento ou recurso a que alude o *caput* deve assegurar ao portador de deficiência a fruição do espetáculo em condições de conforto equivalentes às oferecidas aos demais espectadores.

§ 2º Para atender ao disposto neste artigo, o organizador poderá optar pela distribuição gratuita de impresso com o texto da obra apresentada.

Art. 4º Constitui infração a exibição de filmes, peças teatrais ou demais obras dramáticas ou cenográficas em desacordo com o disposto nesta lei.

Pena: multa no valor de R\$ 2 mil por exibição, acrescida de um terço na reincidência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Um dos segmentos da sociedade que encontra maior dificuldade de acesso aos eventos culturais é o dos portadores de deficiência. As limitações de audição dificultam particularmente a fruição do evento, por impedir a plena compreensão do texto apresentado. Com vista a assegurar aos portadores de deficiência auditiva maior aproveitamento nos eventos culturais, oferecemos esta proposta, que obriga os organizadores a legendar os filmes exibidos e a oferecer equipamento específico para tal fim, no caso de representações teatrais.

Não se trata de inovação impensada. Em países desenvolvidos, é usual a presença de equipamento para veiculação de legenda em peças teatrais, recurso prático e muito utilizado, por exemplo, na exibição de óperas, pois freqüentemente o libreto é redigido em outros idiomas e sua tradução é, no mais das vezes, impraticável. Também o melhor aproveitamento do evento por portadores de deficiência é importante aspecto respeitado naqueles países. O argumento de que essas pessoas acabam por desenvolver habilidades de leitura labial é irrelevante

nesses casos, devido à baixa acuidade da imagem cinematográfica e a grande distância entre o espectador e o palco nas exibições de peças.

No Brasil, infelizmente, há uma despreocupação com esses cidadãos, que merecem nosso respeito e que devem ser admitidos no seio da sociedade como pessoas capazes de conviver ou até superar suas limitações e oferecer valiosa contribuição à nação. Cabe-nos, portanto, na forma da lei, assegurar-lhes os direitos que o costume não lhes tem outorgado.

Esperamos, em vista da importância da iniciativa, receber o apoio dos ilustres Pares, indispensável à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 546/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o programa estadual de segurança através das Unidades Fixas de Atendimento em Segurança (UFAS), que consistirá na construção e operacionalização de bases fixas de segurança pública preventiva, sediadas nos municípios paranaenses.

Art. 2º O Governo do Estado será responsável pela instalação e manutenção de uma UFAS para cada 20 mil habitantes do Paraná.

§ 1º O início de instalação das UFAS deverá se dar prioritariamente nos municípios que apresentarem os índices de criminalidade mais acentuados, conforme os dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 2º A instalação referida no parágrafo anterior deverá seguir o seguinte cronograma de implantação:

I - em 20% (vinte por cento) dos municípios paranaenses, conforme critério já definido, no 1º ano de vigência do programa;

II - em mais de 30% (trinta por cento) dos municípios paranaenses, conforme critério já definido, no 2º ano de vigência do programa;

III - nos demais municípios paranaenses restantes, conforme critério já definido, nos 3º e 4º anos de vigência do programa.

Art. 3º O número de policiais e viaturas, bem como a operacionalização de cada uma das UFAS, será definido de acordo com os critérios internacionais de policiamento preventivo e dos estudos desenvolvidos pela inteligência da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 4º Cada uma das UFAS terá funcionamento ininterrupto, 24 horas, por dia, obrigatoriamente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa melhorar a segurança preventiva através da criação de um programa onde a base fixa de operações locais possa garantir a segurança coletiva.

Temos presente que a Unidade Fixa de Atendimento em Segurança (UFAS), cria uma identidade com o cidadão, favorecendo o policiamento comunitário e estabelecendo uma relação de confiança e um sentimento de segurança bastante necessário à garantia da ordem pública.

As UFAS não impedirão o programa de Policiamento Ostensivo Volante (POVO) de funcionar, muito pelo contrário, poderão agregar melhores condições de trabalho a este programa, fazendo com que o verdadeiro povo sintam-se respeitado em seus direitos de cidadão.

PROJETO DE LEI Nº 547/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado que a dispensação de medicamentos e produtos de saúde constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do SUS não exime o Poder Público Estadual de fornecer outros medicamentos e produtos de saúde não listados, desde que atendidos os critérios dispostos na presente lei.

Parágrafo Único. Consideram-se produtos de saúde, órteses, próteses, bolsas coletoras, dietas metabólicas, bem como outros insumos de interesse ou necessários à recuperação da saúde.

Art. 2º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, deverá observar, quanto aos medicamentos a serem dispensados, os seguintes aspectos:

I - o desenvolvimento científico e tecnológico, a propiciar a descoberta de medicamentos e produtos de saúde mais acurados e eficazes para a recuperação da saúde;

II - a dinâmica e eficiência do processo de incorporação de novos medicamentos e produtos de saúde;

III - a quantidade de medicamentos a ser fornecida para o tratamento da doença levará em consideração a prescrição médica e o consenso científico sobre o tratamento das diversas doenças constantes no protocolo clínico.

Art. 3º A incorporação e exclusão de medicamentos e produtos de saúde nas tabelas do SUS utilizados pelo estado, bem como constituição ou alteração de protocolos clínicos, ocorrerá mediante instauração de processo administrativo.

Art. 4º Fica instituída a Câmara Técnica de Análise - CTA, de novos medicamentos e produtos de saúde, órgãos de deliberação colegiada, responsável pela condu-

ção e julgamento dos processos administrativos referidos no artigo anterior, em consonância com as necessidades sociais e clínicas em saúde.

§ 1º A Câmara Técnica de Análise - CTA, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, será composta de 9 (nove) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

a) a CTA, será presidida por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 01 (um) ano, não sendo permitida sua recondução, observada a alternância obrigatória entre os membros representantes; ao qual caberá o voto de minerva nos casos de empate.

§ 2º A composição da CTA atenderá aos seguintes critérios:

I - 01 (um) representante da Secretaria Estadual da Saúde;

II - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

III - 01 (um) representante da Assembléia Legislativa do Paraná;

IV - 01 (um) representante do Ministério Público Estadual;

V - 01 (um) representante do Conselho Regional de Medicina;

VI - 01 (um) representante da Associação Médica do Paraná;

VII - 01 (um) representante da OAB Seção do Paraná;

VIII - 02 (dois) representantes das associações dos portadores de doenças que necessitam de remédios excepcionais e/ou estratégicos caracterizados como de perfil endêmicos e uso contínuo.

§ 3º A Câmara Técnica de Análise - CTA, contará com uma Secretaria Executiva, tendo por finalidade apenas a promoção do apoio técnico e administrativo à CTA, sem poder de decisão, a ser constituída por pessoas indicadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º O processo administrativo descrito nesta lei desenvolve-se pelas fases de instauração, instrução e julgamento.

§ 1º A fase de instauração do processo administrativo desta lei terá início mediante o protocolo do interessado junto à Secretaria de Estado da Saúde, a qualquer tempo, com pedido de análise por parte da CTA.

§ 2º O pedido administrativo deve ser formulado por escrito, em formulário próprio desenvolvido pela Secretaria Executiva da CTA, e conter, no mínimo, os seguintes dados:

I - identificação do interessado, pessoa física ou jurídica, ou de quem o representante;

II - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

III - informação do número de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no caso de medicamentos e produtos para a saúde;

IV - descrição sintética das principais características da tecnologia e suas aplicações;

V - preço aprovado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), no caso de medicamentos;

VI - relatório técnico apresentando evidências científicas acatadas pela ANVISA, para efeito de registro da referida droga relativas à eficácia, acurácia, efetividade e segurança, comparativas em relação a tecnologias já incorporadas.

VII - formulação do pedido, com exposição dos fatos e fundamentos;

VIII - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

§ 3º É vedado à CTA, a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o interessado ser orientado quando ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 6º A instrução do processo, obrigatoriamente compreenderá a realização de consulta pública para manifestação de terceiros.

§ 1º A abertura de consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo de 10 (dez) dias corridos para o oferecimento de alegações escritas a serem anexadas no processo administrativo.

§ 2º O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da CTA resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

§ 3º Antes da tomada de decisão, o juízo da CTA, diante da relevância da questão, poderá ser realizada Audiência Pública para debates sobre a matéria, devendo seus resultados serem reduzidos a termo no processo administrativo.

§ 4º Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de se manifestar no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

Art. 7º O julgamento do pedido administrativo será precedido de parecer, elaborado por um membro da CTA ao qual o processo administrativo for distribuído, que levará em consideração, necessariamente:

I - existência de evidências científicas acatadas pela ANVISA para efeito de registro do referido medicamento ou produto de saúde relativas à eficácia, acurácia, efetividade, segurança, comparativas em relação a tecnologias já incorporadas;

II - estudos de avaliação econômica (custo-efetividade ou custo-utilidade ou custo-benefício), ou benefícios terapêuticos e custos adicionais em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive com comparação entre atendimento hospitalar e ambulatorial, quando houver.

III - parecer emitido pela CTA.

§ 1º A relevância e o impacto da incorporação da tecnologia no SUS não poderão motivar o indeferimento da incorporação do medicamento ou produtos de saúde nas tabelas, ou o deferimento da sua exclusão, salvo quando a doença sob análise estiver plenamente e expressamente contemplada sob o ponto de vista da CTA.

§ 2º O parecer a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser elaborado em prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos do encerramento do prazo estabelecido no parágrafo 4º do artigo anterior.

§ 3º Das decisões administrativas caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, sem efeito suspensivo.

§ 4º O recurso será dirigido ao Presidente da CTA, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, o encaminhará à autoridade superior, que decidirá no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

§ 5º No caso de indeferimento do pedido ou improvimento do recurso interposto, poderá ser formulada nova solicitação a qualquer tempo, ante a apresentação de fatos novos e relevantes não considerados no processo administrativo anterior.

Art. 8º O prazo para a conclusão do processo administrativo não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos, contados da data protocolizada do pedido, não sendo admitida a sua prorrogação.

Art. 9º A dispensação de medicamentos e produtos de saúde constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do SUS não exime o Poder Público Estadual, ressarcido pela união, de fornecer outros medicamentos ou produtos de saúde não listados, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, nas seguinte hipóteses:

I - no caso de a(s) doença(s) não estar(em) contemplada(s) nas tabelas a que se refere o *caput*;

II - quando o(s) medicamento(s) indicado(s) para tratamento da(s) doença(s) nas tabelas não esteja(m) surtindo o efeito suficiente ou adequado, atestado por prescrição médica e com laudo específico.

§ 1º Para a dispensação de medicamentos e produtos de saúde prevista nos incisos I e II, serão cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) prescrição médica;

b) registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA ou por esta definida como droga órfã, com registro na Food and Drug Administration - FDA dos Estados Unidos da América ou na European Medicines Agency - EMEA;

c) laudo médico que ateste risco de vida ou seqüela grave.

§ 2º Para a dispensação de medicamentos e produtos de saúde prevista no inciso I, também deverá ser apresentada declaração médica de inexistência de medicamento ou produto de saúde alternativo já constante da tabela.

§ 3º Para a dispensação de medicamentos e produtos de saúde prevista no inciso II, também deverão ser apresentados o registro no SUS de uso do medicamento ou produto de saúde similar constante da tabela, bem como declaração médica ou comprovação por meio de exames de que o medicamento ou produto de saúde usado, constante da tabela, não está sendo eficaz ao paciente para suprir a doença.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR, NEY LEPREVOST, MARCELO RANGEL, TERUO KATO, ROSANE FERREIRA, DR. BATISTA e TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei que aqui propomos, tem como objetivo inserir um novo contexto para que se ressalte a importância social da Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, equacionando o problema da dispensação de medicamentos excepcionais e estratégicos em nosso estado.

Visamos entretanto, buscar uma solução que urge da vontade da sociedade civil e, principalmente, dos cidadãos brasileiros atingidos diretamente pelo impasse causado na dispensação de medicamentos excepcionais para tratamento de doenças específicas que fazem parte um número limitado de pacientes; esses medicamentos, na maioria das vezes, são utilizados por períodos prolongados sendo, geralmente, de custo unitário elevado, a saber: Parkinson, Alzheimer, Fibrose Cística, Doença de Gaucher, renais crônicos, transplantados, entre outros.

Tais medicamentos não são contemplados nas tabelas do Ministério da Saúde e tampouco disponibilizados por órgão competente do Poder Público Estadual para o tratamento de suas doenças, onde os mesmos são obrigados a buscar a tutela judicial para a sua obtenção. No fundo em nosso país, a questão de medicamentos suscita em embate entre Direito Financeiro *versus* Direito Fundamental.

Partindo dos argumentos dos usuários de medicamentos, nossa Constituição Federal encerra, em seu Título II, a previsão dos Direitos e Garantias Fundamentais, subdividido em 5 (cinco) capítulos. Destes, sobrelevam nesta abordagem o Capítulo I, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e o Capítulo II, que versa sobre os Direitos Sociais.

Enquanto a vida é tratada como direito fundamental no Capítulo I (*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...*) - a saúde é tratada como direito social no Capítulo II, *Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a*

proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição).

Os usuários de medicamentos não constantes das tabelas sustentam que a limitação do componente de dispensação de medicamentos, à toda evidência caminha na contramão da previsão constitucional insculpida no artigo 196, *caput*, de que *a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*.

Prosseguem, sustentando que esta limitação na dispensação de medicamentos muito mais que ofensiva' ao artigo constitucional em comento, estaria a violar um fundamento de nossa República Federativa, qual seja, a dignidade da pessoa humana, plasmado no artigo 1º, inciso II do texto constitucional, e um direito e garantia fundamental à vida, constante do *caput* do artigo 5º da Carta Magna, com aplicação imediata: (*Art. 5º... § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata*).

Invocam que uma norma constitucional de eficácia plena, na lição do renomado constitucionalista José Afonso da Silva (Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982), tem aplicabilidade direta, imediata e integral desde logo produzindo todos os seus efeitos, sejam positivos ou negativos, sem a necessidade de regulamentação infraconstitucional.

Assim, como o artigo 6º de nossa Constituição Federal expressamente consignou a saúde enquanto direito social fundamental, os usuários de medicamentos não constantes das tabelas do Ministério da Saúde e igualmente desprovidos pelo Governo do Estado, afirmam ser preciso também potencializar a eficácia deste Direito Fundamental à luz da norma contida no artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal, que dispõe que *as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata*.

Noutras palavras, os usuários de medicamentos asseveram que artigos da Constituição Federal não podem ser interpretados como normas de eficácia limitada e, como tal, não poderiam encontrar restrição em uma portaria que limite a dispensação de medicamentos por meio de tabelas.

Em contraposição a estes argumentos a administração pública sustenta, a existência das listas de medicamentos sob o fundamento de que a assistência terapêutica integral estabelecida pelo artigo 6º, inciso I da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que *dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentou a Seção II do Capítulo II do Título VII da Constituição Federal, que trata sobre a Saúde* - estaria associada à hierarquização do cuidado à saúde e não à obrigação de dispor de todos os produtos e instrumentos terapêuticos disponíveis. (Nota Técnica nº 06 - MS, de 03/04/07)

Para o Ministério da Saúde, *o gestor federal tem a responsabilidade de selecionar os medicamentos que serão disponibilizados à população, de forma a escolher, dentre as inúmeras alternativas terapêuticas disponíveis, aquelas que proporcionaram o benefício esperado ao menor custo possível.* (Nota Técnica nº 04/07 - MS, de 23/05/07).

Ademais, sedimentou-se, administrativamente, a necessidade de previsão racional de medicamentos, hodiernamente amparadas por meio de portarias, ante o argumento de que a saúde, enquanto direito social, seria previsão constitucional despida de aplicabilidade imediata. Para a administração, o direito à saúde seria norma de eficácia contida e, como tal, pode ter seus efeitos reduzidos por legislação infraconstitucional.

Outra justificativa comumente utilizada para sustentar a inviabilidade no fornecimento dos medicamentos para além da lista é que a administração pública desembolsaria recursos do orçamento da saúde para custear os medicamentos obtidos por meio de ações judiciais, reduzindo o recurso para as demais ações de saúde.

O direito à saúde, sob esta ótica, encontraria limitação frente à *reserva do possível*, assim compreendida como disponibilidade de recursos orçamentários.

Acolhendo este argumento, em recente julgamento, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos de uma decisão que obrigava o estado de Alagoas a fornecer medicamentos excepcionais fora da lista definida pela Portaria nº 1318 do Ministério da Saúde, que disciplinou o componente de medicamentos de dispensação excepcional, no período de 23 de julho de 2002 a 26 de outubro de 2006: *Atualmente, o componente de medicamentos de dispensação excepcional é disciplinado pela Portaria nº 2577/GM, de 27/10/06, republicada em 13/11/06.*

A decisão - *Suspensão da Tutela Antecipada - STA, nº 091, originária do estado de Alagoas, tendo por Requerente: o estado de Alagoas e por Requerido o Presidente do Tribunal de Justiça do estado de Alagoas, sob a Relatoria da Ministra Ellen Gracie, julgado em 28/02/07, publicado no DJ de 05/03/07.* Conquanto pontual, conforme posteriormente ressaltou a Ministra Ellen Gracie, passou a ser invocada pelos gestores estaduais e municipais à negativa dos medicamentos para além da lista, servindo, inclusive, de justificção para a propositura de um projeto de lei no Senado Federal, com o objetivo de elevar a previsão infralegal das listagens ou tabelas ao status de norma legal: *Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 219, de 03/05/07, de autoria do Senador Tião Viana, que visa à alteração da Lei nº 8080, de 19/09/90, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).*

Postos os argumentos aventados tanto pelos usuários de medicamentos não contemplados nas tabelas do Ministério da Saúde quanto pelo Poder Público Estadual,

avanço para as razões que nos levam à presente proposição.

Inicialmente, temos que o artigo 196, da Constituição Federal, ao consignar que a saúde engloba promoção, proteção e recuperação, está a dizer, inequivocamente, que direito à saúde também é direito a medicamento.

É preciso deixar bem claro que, conquanto a questão sobrejacente diga respeito à dispensação de medicamento constante ou não de um rol taxativo, o direito subjacente em análise é o direito à vida, garantia fundamental assegurada constitucionalmente pelo artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, o qual como cláusula pétrea que é, não pode ser suplantado, sequer constitucionalmente, quanto mais por meio de legislação infraconstitucional.

Esta é, aliás, a lição do constitucionalista José Afonso da Silva, para quem:

A saúde, como direito público subjetivo, representa uma prerrogativa jurídica indispensável assegurada à generalidade das pessoas e é decorrência indissociável do direito fundamental à vida, que se constitui a fonte de primária de todos os demais bens jurídicos, devendo ser resguardada de modo concreto e efetivo, na forma prevista pela Carta Constitucional. (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 19ª ed., Malheiros, 2001, p. 808)

Assim, temos por acertado o entendimento firmado pelos usuários de medicamentos não constantes nas tabelas, no sentido de que o direito à saúde não é norma constitucional de eficácia contida. O direito à saúde é, sem sombra de dúvida, norma constitucional de aplicabilidade imediata, produzindo efeitos positivos imediatos que não podem ser restringidos por legislação infraconstitucional, por meio de condicionantes à sua incidência.

Outrossim, não comungamos da tese sustentada pelo Poder Público no sentido de que a existência das listas de medicamentos ou quaisquer vedação de dispensação, encontra amparo na idéia de que a assistência terapêutica integral estabelecida pelo artigo 6º, inciso I da Lei nº 8080, de 19/09/90, estaria associada à *hierarquização do cuidado à saúde e não à obrigação de dispor de todos os produtos e instrumentos terapêuticos disponíveis.*

Sob nosso sentir, o entendimento firmado pelo Poder Público reduz não apenas o direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, como também a legislação infraconstitucional regulamentadora deste direito. Senão vejamos.

O artigo 198 da Constituição Federal de 1988 estabelece:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de Governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Objetivando regulamentar o comando constitucional, sobreveio a Lei nº 8080, de 19/09/90 que, ao dispor que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da referida lei, obedecem, dentre outros, ao princípio da integralidade de assistência, expressamente consignou esta integralidade como *conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.* (artigo 7º, inciso II).

A expressa previsão de serviços curativos, individuais, caso a caso, a toda evidência, acusa o equívoco de interpretação do Poder Público, não podendo ser atribuídas novas cores à integralidade conceituada no artigo 7º, inciso II da Lei nº 8080/90, seja hermeneuticamente ou por meio legiferante.

Fixado nosso posicionamento no sentido de que a saúde é direito social encartado constitucionalmente como direito e garantia fundamental e, como tal, não poderia sofrer restrição pelo ordenamento infraconstitucional, o que presenciamos, cotidianamente, são inúmeras ações judiciais buscando a tutela para o fornecimento de medicamentos que, conquanto indispensáveis ao tratamento de doenças, não são dispensados sob alegação de que não constam das tabelas elaboradas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde ou do Poder Público Estadual.

Deparamo-nos, então, com a seguinte realidade: conquanto a reserva orçamentária conduza a administração a impor uma restrição no fornecimento de medicamentos, a tentativa de legalização desta taxatividade, sem qualquer menção ao direito daqueles não contemplados nesta taxatividade, não pode desconsiderar a ausência de previsão constitucional ou legal que a ampare, sob pena de inconstitucionalidade.

Se por um lado a existência de tabelas ou quaisquer meios que impeçam a dispensação medicamentosa excepcional é tida como importante para a melhor gestão administrativa do Sistema de Saúde, a ponto de se buscar guindá-la ao status legal, mas suas taxatividade encerra inconstitucionalidade, temos que o fiel da balança consiste em legiferar as duas situações: medicamentos constantes e medicamentos não constantes das tabelas ou não suscetíveis de dispensação.

Neste sentido, torna-se importante ressaltar que o projeto de lei em questão estabelece regras aos medicamentos excepcionais e estratégicos - medicamentos utilizados para tratamento de doenças de perfil endêmico, cujo controle e tratamento tenha protocolo e normas estabelecidas e que tenham impacto sócio-econômico. Ex: tuberculose, hanseníase, DST/AIDS, entre outros. (Ministério da Saúde), não interferindo na farmácia

básica sob a responsabilidade dos municípios, preservando as características e necessidades locais.

O caminho a ser percorrido e a cuja direção apontamos equaciona, desta forma, a querela dos medicamentos em nosso estado, estabelecendo uma lista elaborada pelo gestor estadual que seria, então exemplificativa, já que contemplaria um elenco de medicamentos, sem prejuízo da dispensação de medicamentos nela não constantes.

Discorrendo especificamente sobre os artigos do projeto de lei ora apresentado, este inaugura um novo contexto para a Dispensação de Medicamentos e Produtos de Saúde ausentes ou imprevistos em quaisquer tipos de rol, prevê que a dispensação de medicamentos e produtos de saúde não exime o Poder Público Estadual de fornecer outros medicamentos e produtos de saúde.

Vislumbra-se também na matéria em questão temos a contemplação de que a quantidade do medicamento a ser fornecida para o tratamento da doença levará em consideração a prescrição médica e o consenso científico sobre o tratamento das diversas doenças inseridas no protocolo clínico.

Considerando que o projeto de lei versa sobre os medicamentos e produtos de saúde, corroborado em seus artigos inaugura previsão que, inobstante decorra hermeneuticamente da leitura de nossa Constituição Federal, tendo em vista as possíveis e passíveis distorções de interpretação por parte do Poder Público, passa a integrar nosso ordenamento positivo de modo expresso, de forma a dirimir qualquer dúvida quanto à previsão constitucional de que direito à saúde é direito a medicamento.

A referida matéria positiva que *a dispensação de medicamentos e produtos de saúde constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do SUS e/ou órgão competente estadual, não exime o Poder Público, ressarcido pela união, de fornecer outros medicamentos ou produtos de saúde não listados, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.*

Esta dispensação elencada no contexto, contempla dias hipóteses, quais sejam, no caso da doença não estar contemplada na tabela ou no caso do medicamento indicado para o tratamento da doença não ser suficiente ou adequação, atestado por prescrição médica e com laudo específico.

Acaso em nosso país, a questão de medicamentos suscita um embate entre o Direito Financeiro *versus* Direito Fundamental, enquanto a limitação orçamentária apresenta-se como uma regra, o direito à vida reveste-se de um princípio e, como tal, deve prevalecer àquele, razão pela qual, submeto à apreciação de meus nobres Pares desta Casa de Leis, o presente projeto de lei, na expectativa de que o caminho que ora apontamos possa ser percorrido na construção de uma sociedade que corresponda aos anseios insculpidos em nossa Carta Federal.

PROJETO DE LEI Nº 548/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Prefeito Anésio Pavan, o trevo localizado no município de Santa Fé, que liga as rodovias PR-317 e PR-458.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Anésio Pavan era natural de Santo Inácio, estado de São Paulo, nasceu no dia 20 de maio de 1942, filho de Cezarino Carlos Pavan e Leonor Manesco Pavan. Fez seus primeiros estudos naquela localidade paulista. Chegou a Santa Fé em 1955 e quando lá se estabeleceu foi logo nomeado professor da Escola Rural da Água do Trigo, pelo 1º Prefeito Municipal. Mudou-se para a cidade em 1961 e passou a trabalhar no Banco Mercantil de São Paulo S/A.

No ano de 1964 foi eleito por 2 mandatos à presidência do Clube Recreativo Santa Fé, quando construiu sua sede social. No mesmo ano concluiu o curso de 1º grau no ginásio estadual, onde teve destaque no grêmio estudantil. Dando prosseguimento aos estudos, iniciou o curso de contabilidade em 1968 no Colégio Comercial Estadual de Santa Fé, ali fundando o grêmio estudantil e também sendo eleito seu 1º Presidente.

Pelo seu espírito participativo, foi convidado por um grupo político para ser candidato a Vereador. Disputando uma cadeira na Câmara Municipal, foi eleito, na gestão do Prefeito Dr. Anésio Sandrini, de 1969 a 1972. Por seu empenho e trabalho tornou-se Presidente daquela Casa Legislativa nos 2 anos de seu mandato.

Em 1970 foi empresário do ramo agrícola e de cereais, gerando empregos para muitas famílias e assim foi por 3 décadas.

No ano de 1971, já formado contador e pela sua boa índole, foi nomeado Diretor e professor do antigo Colégio Comercial Estadual de Santa Fé, e ainda, lecionou a disciplina de Contabilidade Comercial até 1980.

No dia 14 de fevereiro de 1971, casou-se com Hilda Lucri Pavan e dessa união nasceram 2 filhos: Lúcio Mauro e Denise Pavan.

Em 1972 um vendaval derrubou a igreja matriz de Santa Fé e esta foi reconstruída nos anos seguintes, sendo a obra coordenada por Anésio, junto com diversos segmentos da sociedade.

Entre os anos de 1974 a 1985 a participação na comunidade foi uma constante em sua vida, sendo eleito 3 vezes Presidente da Comissão de Economia e Finanças da Paróquia de Santa Fé, e, durante este tempo foram construídas e inauguradas importantes obras como: o salão paroquial, o centro comunitário e a casa paroquial.

Em 1980 participou da fundação do Lions Clube de Santa Fé, sendo Presidente no ano leonístico de 1988 a 1989. E neste ano fundou a ARA - Associação de Recuperação de Alcoólatras em Santa Fé. Também deu início à construção do Centro de Convivência do Idoso - "Asilo". Com ajuda dos mais diversos segmentos da comunidade e empenho pessoal, entregou esta obra no dia 2 de março de 1991.

Em 1996, tornou a ser chamado por políticos da cidade para candidatar-se ao cargo de Prefeito. Foi eleito com uma expressiva vantagem de votos para a gestão 1997/2000, onde trabalhou com grande empenho para melhorias da cidade, gerando muitos empregos e melhorando a vida dos santafeenses.

Em 2000, pelo seu ótimo trabalho à frente da Prefeitura de Santa Fé, foi reeleito para a gestão 2001/2004, onde ficou no cargo até o dia 08 de dezembro de 2001, dia em que faleceu de problemas cardíacos. Deixou um legado de honestidade e competência, uma pessoa atuante na área social, bom administrador, sempre com muito respeito e carinho com as pessoas.

Por essas razões e bastante justificado, pedimos a aprovação dos demais Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 549/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

A elevação à condição de utilidade pública é medida necessária às entidades que possuem um objetivo com cunho social.

A Associação de Moradores do Bairro São Francisco do município de Dois Vizinhos, tem como finalidade elevar o nível de vida de seus associados, com atividades sociais, sanitárias e assistenciais, entre outras. Procuram desenvolver a vida de forma comunitária.

Sua fundação foi em 30 de junho de 1999.

Pela relevância de suas atividades, solicitamos a apreciação dos nobres Deputados e Deputadas.

PROJETO DE LEI Nº 550/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações

de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

A elevação à condição de utilidade pública é medida necessária às entidades que possuem um objetivo com cunho social.

A FEMOTIBA tem como escopo a junção das associações de moradores, clubes de mães e outras entidades de Curitiba, no sentido de fortalecer seus associados, suas reivindicações, tornando-os fortes e capazes de alcançar maiores conquistas.

Assim é que, respeitosamente solicitamos aos nobres Deputados e Deputadas a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 551/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O órgão estadual responsável pela emissão da carteira de identidade fica obrigado a incluir no corpo do documento o tipo sanguíneo e o fator RH.

Art. 2º A inclusão a que se refere o artigo 1º dar-se-á desde que o interessado a solicite e dependerá exclusivamente da apresentação do respectivo documento comprobatório.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

As ocorrências emergenciais, advindas muitas vezes de acidentes, tendem a provocar ferimentos que ocasionam perda de sangue por cortes, fraturas ou hemorragias, sendo imprescindível muitas vezes a realização emergencial de transfusões. Com um documento oficial fornecido pelos órgãos oficiais, médicos, paramédicos e enfermeiros ganharão tempo e poderão realizar o procedimento com segurança, aumentando a probabilidade de salvamento, ou seja, as equipes de salvamento terão dados mais precisos para o primeiro atendimento que, muitas vezes, é fundamental para salvar a vida da vítima.

Neste caso não se trata de uma informação obrigatória em respeito à privacidade dos cidadãos, mas razões levam a crer que a imensa maioria das pessoas fará a

inclusão do tipo de sangue e do fator RH em seus documentos. A finalidade é a de facilitar o trabalho das equipes de salvamento e as emergências dos hospitais quando do atendimento a acidentados de toda a natureza.

A gravidade e a quantidade maior dos acidentes graves são em decorrência do trânsito de nosso estado e é uma justificativa suficiente por si só para projeto de lei ora apresentado. Sabe-se da importância da eficiência nos primeiros socorros para o salvamento de vidas e não nos move outro propósito senão o de dar maior proteção à vida e à saúde dos nossos cidadãos, reduzindo o infeliz expressivo número de mortes nessas ocorrências no estado.

Portanto, o objetivo é facilitar e ampliar o trabalho das equipes de resgate, bem como os serviços de emergência dos hospitais, no atendimento às vítimas de acidentes ou outras ocorrências registradas em vias públicas e rodovias. Este é o objetivo do projeto de lei.

Devemos considerar que nem todo cidadão é habilitado para dirigir veículos automotores. No entanto, todos os cidadãos devem possuir a carteira de identidade. Portanto, fazer constar neste documento o tipo sanguíneo e o fator RH do seu titular fará com que o atendimento, seja de condutores de veículos, passageiros ou pedestres, aconteça de forma mais rápida e eficaz.

A partir da aprovação deste projeto, todas as carteiras de identidade emitidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, deverão conter, nas condições especificadas, impresso no verso do documento, obrigatoriamente, campo específico destinado à anotação do tipo sanguíneo e do fator RH do cidadão.

Diante da relevância da matéria e o alcance social da medida, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Cartário, por 30 minutos.

Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)

O SR. GERALDO CARTÁRIO (SemPartido)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana que passou, quando a Assembléia Legislativa reiniciou as suas atividades, tomamos conhecimento através da imprensa, visto que aqui não pude comparecer, que se levanta uma situação curiosa sobre a licença médica concedida por esta Casa aos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, entendo eu, após aqui permanecer, como estou, há 17 anos e pela primeira vez tirei uma licença médica - certamente não por parte dos Srs. Deputados, mais precisamente por aqueles que gostam de atri-

buir à classe política pecados que não cometem - que este Deputado teria inventado uma forma mágica para não conceder ao suplente do PMDB o direito de assumir o cargo na minha ausência.

Sr. Presidente, a Assembléia, pela sua carta maior que se enquadra dentro da Constituição Estadual, determina que o número de vagas nesta Casa é de 54 Deputados. Eu jamais iria querer ultrapassar este número de 54 Deputados. Na verdade, hoje existem 57 Deputados, segundo a imprensa divulga, com estrutura, com gabinete, aqui na Assembléia. Logicamente que eu fiz o que devia fazer, pedi uma licença de apenas 60 dias, Sr. Presidente. Esta licença, posteriormente, foi prorrogada por mais 50 dias. Eu não tive o prazer de ir atrás do suplente e conversar com ele se ele queria ficar no meu lugar. Eu não sou de negociar, Sr. Presidente, eu não sou de procurar qualquer um para poder me satisfazer e preencher o meu lugar!

Pergunto aos Srs. Deputados aqui nesta Casa: será que foi fácil a eleição ou a reeleição? O que o senhor acha, Sr. Presidente, que eu fui candidato a Deputado para fugir da Assembléia? Eu tenho 32 anos de mandato, não são 32 dias, são 32 anos de mandato! Na primeira eleição, fiz 400 votos; na segunda, fiz 800 votos. Na eleição de Prefeito, claro que eu fui o mais votado. Na primeira eleição de Deputado, fiz 17 mil votos; na segunda, fiz 23 mil votos; na terceira, Sr. Presidente, fiz 32 mil votos; na quarta eleição de Deputado, fiz 49 mil votos, enfrentando o maior desafio que um político poderia enfrentar, fiz 62 mil valorosos votos no estado do Paraná: 61 mil e 700, ou 800, ou coisa assim.

Gostaria de dizer: existe lugar melhor para um político do que ficar na Casa do Povo, do que ficar aqui conversando com os companheiros, no gabinete, atendendo diversos segmentos da sociedade que nos procuram? Existe melhor lugar que este?

Eu que enfrentei esta eleição na Fazenda Rio Grande, o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara, 11 Vereadores, o Governador, enfrentei os Pastores das igrejas evangélicas, as associações de moradores, enfrentei 5 Deputados Federais contra mim, todos associados ao filho do Prefeito, enfrentei realmente não só o dinheiro, mas o abuso, a ignorância daqueles que querem eleger o filho a qualquer custo.

Sr. Presidente, abriam as urnas da Fazenda Rio Grande, abriam as urnas. Geraldo Cartário, 62 mil votos no Paraná e o mais votado na Fazenda Rio Grande.

Em todas as eleições, Deputado Belinati, você que é um guerreiro, como é o Anibelli, e esses Deputados antigos, calejados no voto, quero dizer a V. Exas. que eu não conheço um caso igual ao meu. Durante 32 anos na mesma cidade em que eu iniciei, sempre fui o mais votado. Jocelito Canto, sei da sua liderança em Ponta Grossa, mas eu, na minha Mandirituba e Fazenda Rio Grande, nunca perdi a eleição para ninguém.

Após tudo isso, queria dizer e até dar como sugestão a esta Casa que se existe algo errado, não foi com o meu pedido de licença médica. Não foi. Eu pedi, de acordo com as necessidades que eu tinha.

Alguns Deputados ou a imprensa que aqui está, se estiverem dúvidas da necessidade que eu tinha de pedir a licença médica, existe um hospital, cujo médico é o Dr. Costantini e lá no Hospital Costantini, Luiz Carlos Martins, onde você me visitou, lá está o laudo da cirurgia que eu fiz. Se alguém faz a cirurgia que eu fiz, se não tiver que se retirar pelo menos por algum tempo, é porque ele está querendo se entregar e morrer facilmente. No entanto, eu não aceito, porque eu ainda preciso viver para ganhar a eleição lá na Fazenda Rio Grande, do Governador, dos Pastores que foram contra mim, dos Padres, duas paróquias contra mim, jornais, rádio comunitária, televisão fantasma, tudo o que lá aconteceu e eu serei candidato na próxima eleição, se Deus quiser, para colocar as coisas no seu devido lugar.

Não aprendi a perder eleição. Eu ganhei todas as que eu disputei e quando apresentei o meu filho como candidato a Prefeito, ele também foi vitorioso. Eu não tenho que reclamar, nem do Governador, não tenho que reclamar de ninguém. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque todos nós fazemos uma opção. Os Padres, os Bispos católicos se reuniram no México, na Cidade de Puebla e ali fizeram a Carta dos Pobres, ou seja, o caminho seria fortalecer a classe pobre e o Governador do Estado tem falado muito sobre esta Carta de Puebla. Nesta Carta de Puebla, logicamente que o Governador fez uma outra opção na Fazenda Rio Grande, pois recentemente, numa viagem ao Japão, o Governador Requião teve como companhia na primeira classe, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governador que fez o compromisso - e acredito que ele vai manter o compromisso, não é porque não me apoiou que vou criticar, mas o seu Governo tem sido realmente voltado para questões de fortalecer o povo mais pobre do nosso Paraná - no entanto, recentemente, o Governador levou para o Japão, a convite, o Prefeito de Fazenda Rio Grande.

Sr. Presidente, o avião tem apenas 4 cadeiras, 4 senhoras poltronas de 1ª classe, apenas 4. Lá estavam sentados o Alexandre Curi, que estava na viagem e é pobre, estava lá com o povão; outros Deputados como o Caíto, enfim, estavam lá misturados com o povão; o Dr. Caron, um homem rico, também estava lá com os pobres. Mas, sentados nas 4 poltronas lá do avião São Paulo x Paris, Paris x Japão, lá estava o Prefeito de Fazenda Rio Grande e sua esposa. Certamente que não foi em Foz do Iguaçu que o Prefeito de Fazenda Rio Grande, que é de lá, aprendeu a viajar de primeira classe. Lá estava o Prefeito, lá estava a esposa do Prefeito. O Governador tudo bem, que é o Governador do Paraná e a esposa do Governador. Lá estavam viajando em primeiríssima classe, custou R\$ 50 mil reais, por casal.

Por isso que quando recebemos uma cassação do Tribunal Regional Eleitoral, poucos me perguntaram, a imprensa não me perguntou, mas é bom que saibam o porquê que o Deputado Cartário teve o seu registro cassado no TRE, é bom que saibam.

O motivo é que o povo de Fazenda Rio Grande, após um projeto também pensando na Carta de Puebla, quando o Governador do Estado lança a tarifa social da SANEPAR, pessoas ligaram para mim, na rádio e falaram: “Deputado, me cortaram a água”. Eu falei: mas como cortaram a água, a SANEPAR não faz isso! “Não, cortaram a água porque eu achei um absurdo a taxa de lixo.”

A taxa de lixo, Luiz Carlos Martins, você recebeu essa denúncia também na sua rádio. A taxa de lixo é cobrada na conta da água da SANEPAR. Estão cobrando a conta da água da SANEPAR em famílias pobres que não têm coleta de lixo e o aterro sanitário que recebe o lixo de Fazenda Rio Grande é da Prefeitura de Curitiba, não é da Prefeitura de Fazenda Rio Grande.

Aí, eu liguei para o Presidente da SANEPAR, para o meu amigo Stênio Jacob, e ele me dizia: “Cartário, é muito fácil, se a pessoa que está aí na linha falando com você” - isso no ar, na rádio, Belinati, você que é radialista, o Jocelito e tantos “é apenas fazer um requerimento e nesse requerimento solicitar a exclusão da pessoa que não quer pagar a taxa de lixo na conta da água da SANEPAR”. Assim eu fiz e assim eu fui cassado.

Mas do que isso, talvez para pagar a passagem de 1ª classe, o Prefeito agora entrou com uma ação para que eu indenize o município pelas 1.500, 2.000 pessoas que não estão pagando a taxa de lixo na conta da SANEPAR, porque houve a saída desses nomes.

No entanto, agora, mais 500 pessoas pediram para não terem o seu nome na conta da SANEPAR. A SANEPAR não é cobradora, a SANEPAR não é banco, não tem que cobrar taxa de lixo de ninguém, a não ser que o próprio consumidor autorize por escrito para que a SANEPAR faça a cobrança. E aí a SANEPAR, agora recentemente, depois desse abraço fraterno de viagem de 1ª classe com o Governador, a SANEPAR me manda um ofício dizendo: “Sr. Deputado, não aceitamos mais encaminhamento de requerimentos de vossa parte.” Talvez porque eu tenha saído do PMDB, onde tenho grandes amigos, aliás não tenho na contra os integrantes do PMDB, foi um partido que me recebeu de braços abertos. E já sabemos que o Prefeito de Fazenda Rio Grande iria se aproximar do Requião a qualquer custo, falei para o Presidente Dobrandino naquela época: Dobrandino, o meu grupo político de Fazenda Rio Grande entrega o partido para o Prefeito a hora que vocês quiserem. Não foi, Dobrandino? Porque eu já sabia que iria acontecer isso. Mas o Prefeito, muito oportunista, fez o seguinte: levou as vantagens de ser PMDB e deixou seu filho no PPS e teve apoio do Governador.

Sr. Presidente, após essa cassação do TRE por abuso do poder econômico, por abuso do veículo de

comunicação - agora se fala muito na retirada do mandato de quem saiu do partido - eu saí do partido, do PMDB, porque quando faltava 3 dias para a eleição do 1º turno, eu necessitava que o advogado do PMDB fizesse uma petição dizendo que também o PMDB tinha que ser ouvido e eu estava com o problema resolvido. O PMDB me fechou a porta na cara e não aceitou entrar no processo, porque tinha compromisso assumido com o Prefeito de Fazenda Rio Grande de eleger o filho do Prefeito.

Pergunto ao PMDB agora: se faltasse apenas 5 mil votos para que o PMDB fizesse mais um Deputado na soma da legenda, como é que o Governador vai à Fazenda Rio Grande e fica pedindo voto para o PPS? O PMDB estaria perdendo um Deputado, porque o prestígio do Governador em Fazenda Rio Grande é grande. Eu ganhei a eleição, porque o meu é maior do que o dele, mas o do Governador Roberto Requião é muito maior do que o do Prefeito de Fazenda Rio Grande. No entanto, tenho sido vítima. Saí do PMDB e não entrei em nenhum partido ainda. Pretendo entrar, porque sou candidato a Prefeito de Fazenda Rio Grande, e sem partido, infelizmente, não pode ser candidato. Pretendo entrar.

Por isso, trago aqui um relatório rápido, primeiro da minha licença médica, Presidente Nelson Justus. V. Exa. tem o espírito democrático e enaltece ainda mais esta Casa, V. Exa. que tem uma formação jurídica, passou inclusive pela Universidade de Coimbra. Dessa forma, tinha certeza que quando chegou um urubu aqui na Assembléia querendo tomar o mandato do Deputado Cartário, V. Exa. pelo seu conhecimento jurídico, pela excelente coordenação jurídica desta Casa, pelos excelentes advogados que aqui estão, a resposta não seria outra senão que, não existe lei hoje no PMDB ou em outro partido que diga que o Deputado que sair do partido perde o mandato. Se falasse isso, tudo bem, mas não existe isto no partido e nem em outros partidos, por isso que eu saí. E saí por quê? Porque a maior liderança do Paraná, sem dúvida é Roberto Requião, ele é o Líder e ele fez a opção pelo Prefeito de Fazenda Rio Grande e contra mim.

Tenho perguntado aos Deputados do PMDB: você, no meu lugar, tinha ou não tinha vergonha na cara e sairia do PMDB? todos têm falado por unanimidade que fariam a mesma coisa que eu fiz. E tem mais, percorrendo 62 mil votos, as pessoas que me apoiaram, vocês não encontram uma pessoa que diga que eu pedi voto para o Osmar Dias, pedi voto apenas para o Roberto Requião. As casas de Fazenda Rio Grande receberam uma carta assinada por mim que diz: “Para Presidente, Lula; para Governador, Roberto Requião e para Deputado Estadual, Geraldo Cartário”. As cartas foram distribuídas antes da eleição. Eu não pude fazer campanha e quando faltava uma semana para a eleição o Bibinho me encontrou e falou: “Cartário, você está ficando louco, você é o único Deputado que está aqui na Casa! Vá buscar voto!” Eu disse: não! Porque o voto o povo me dá! Não preciso ir à Fazenda Rio Grande para ser o mais votado ou em Mandirituba. O único problema é a força política, econômica, que estão

querendo me jogar e me cassar o registro, como fizeram com o Deputado Mamede. O Deputado Mamede faria muito mais votos se não fosse cassado antes do dia da eleição. É isso que eles queriam. Para ganhar de mim, teriam que me cassar.

Quero dizer o seguinte: eu assisti muitos filmes de Alcides e não quero aqui me comparar a Alcides. Tem gente que se compara a reis. Simplesmente acompanhei que quando Alcides tinha morrido, só tinha uma forma da tropa o acompanhar: era colocá-lo sentado no cavalo e soltar o cavalo dele em frente para a tropa o acompanhar. Mas Alcides estava morto.

Em Mandirituba, com todo o respeito aos demais candidatos, não falo de Fazenda Rio Grande, mas em Mandirituba, se eu estiver morto, se vier a notícia que o Cartário morreu, ainda ganho a eleição em Mandirituba.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Deputado, V. Exa. está bronqueado aqui que o Prefeito viajou de 1ª classe. O Prefeito é rico e viaja como ele quiser. Eu por exemplo, sou o maior usuário da Viação Garcia. Prefiro viajar de ônibus daqui para Londrina, quase todas as minhas viagens são de ônibus. Agora, se o Prefeito é rico... Estou impressionado de V. Exa. querer que o Prefeito viaje de 2ª classe ou na classe executiva.

Mas quero fazer um registro que enquanto estiver vivo eu sempre reafirmarei a admiração e o respeito que tenho por V. Exa., porque no pior momento da minha vida, o maior amigo que encontrei foi Geraldo Cartário. O maior ombro amigo. O que V. Exa. fez por mim, tem muito pai que não faz para o seu filho, tem muito irmão que não faz para o irmão. Vou morrer com essa gratidão no coração por esse mais do que amigo, uma figura abençoada por Deus que é Geraldo Cartário, que naquele momento eu pude sentir como é bom contarmos, aqui neste mundo tão conturbado, com amigos tão fiéis, até exagerado na hora de socorrer um outro amigo, como V. Exa. fez comigo.

Que Deus lhe pague e retribua com chuvas de bênçãos por esse carinho que V. Exa. teve naquele momento crítico.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Não poderia ser diferente, eu que me espelhei no seu início de minha caminhada política, não só V. Exa. de Londrina, enfim, me espelhei e V. Exa. tem sido perseguido por aqueles que não dão chance para que um ferroviário viesse a exercer o cargo de Governador do Paraná. São coisas da vida que realmente lamentamos.

Mas quando V. Exa. fala nos momentos difíceis que eu, pelo menos, fiquei perto, não vou esquecer o Deputado Nereu Moura. O Deputado Nereu Moura também sabendo que eu estava aqui dentro da Assembleia e não fazendo campanha, se preocupou e ligou para mim. Quero agradecer muito a você, Deputado Nereu, meu companheiro, 1º Secretário, eu era o 2º Secretário e foi realmente uma mão amiga, como também o Diretor desta

Casa, o Bibinho, que só faltou me surrar para eu sair daqui e ir buscar o voto do povo.

Mas para encerrar, aproveitando a presença dos Deputados Nelson Justus, queria também dizer da sua responsabilidade, da sua preocupação em cada dia mais moralizar esta Casa, quando V. Exa. prepara o regimento diferenciado em alguns tópicos, alguns artigos.

Gostaria de dizer também que V. Exa. contratou e que faz parte o grande Deputado que foi nesta Casa, a grande figura, conhecedor, gente leal, honesta e companheira que é o Deputado José Maria Ferreira, mas eu queria me somar também, e dizer que alguma coisa tem que ser mudada e que me coloco à disposição, como falei, porque realmente a cirurgia que fiz, no Costantini, eu merecia não a falta dos companheiros, aqui, mas no Plenário realmente vivemos momentos de ansiedade. Às vezes ouvimos e não gostamos e eu não tinha condições de participar dos debates, mas fiquei com meu gabinete funcionando, meus funcionários, não tem funcionário fantasma, lá estão os funcionários trabalhando e eu atendia o interior, com celular, com telefone, enfim.

Mas, gostaria de colocar, sugerir a V. Exa. que realmente o Deputado que assume uma secretaria, não precisa levar nada aqui da Assembleia. A exemplo da Câmara Federal, quando ele sai, deixa o gabinete para o Deputado que fica.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Seguramente isto será muito discutido na sequência, mas como V. Exa. tocou antes no assunto e toca de novo agora, quero dar minha opinião antecipada. É absolutamente falsa esta expectativa de que um Deputado, se convocado para Secretário, tenha que abandonar o gabinete, demitir funcionários, etc. Por quê? Porque o cargo de Secretário é um cargo demissível *ad nutum*. Uma pessoa pode ser Secretário por 60 dias e ser exonerado da função de Deputado. Ora! A vida parlamentar dele, o atendimento aos municípios continua se passando pelo gabinete aqui na Casa. Nenhum Secretário vai levar todo o atendimento regional que ele tem que fazer, para dentro da Secretaria.

Portanto, só quero adiantar isso, porque quando formos discutir, quero com profundidade avaliar, porque muitas demagogias públicas são feitas na tentativa de jogar a classe política na opinião pública, sem esclarecer os devidos fatos. Um gabinete parlamentar é um gabinete de atendimento para as pessoas a quem aquele parlamentar representa. Um gabinete de Secretário é atendimento ao estado do Paraná e ao Governador do Paraná. Que não se confundam estas duas coisas, porque fica bem pior!

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Sr. Deputado, salvo o respeito por V. Exa., Deputado Caíto Quintana, só que esta Casa, infeliz ou felizmente, obedecemos a critérios de analogia da Câmara Federal. Infeliz ou felizmente. Gostaria de poder apresentar projetos aqui que não fossem crivados pela Câmara

Federal. Se a Câmara Federal não dá esta estrutura ao Deputado Federal é uma questão de o Presidente interpretar com os Srs. Deputados, aqui, e resolver o problema. Eu não quero, nunca, ultrapassar os limites das atribuições que temos como Deputado. E lá na Câmara Federal existem precisamente estas atribuições. Não vou falar que está certo ou errado, mas com respeito, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. foi um brilhante Chefe da Casa Civil, há de convir que quando V. Exa. chegava num município o senhor não pagava cafezinho, almoço, não abastecia o carro, porque Secretário de Governo, num município do interior, é festa na aldeia! Agora, logicamente que um pobre Deputado, como eu, que não tenho motorista, ando sozinho, tenho que abastecer o carro, pagar almoço, pagar janta, participar de festas, as coisas são diferentes!

Tenho um prazer muito grande, todos os Deputados que são Secretários de Estado, como foi o Deputado Nelson Justus, que é o Deputado Nelson Garcia, merecem muito mais do que a Assembléia lhe proporciona, mas, a regra do jogo não é esta, porque o Chefe de Gabinete, hoje, do Secretário, por exemplo do Nelson Garcia, atende os Prefeitos do Nelson Garcia; o Diretor-Geral atende os Prefeitos, atende as lideranças. Então, o Deputado que vai para uma secretaria não tem prejuízo nenhum! E por que o suplente tem que ficar com o gabinete reduzido? O suplente, na hora que assume, é um Deputado!

Vejam aqui, meu amigo Miltinho Pupio, 40 mil votos para ficar com o gabinete reduzido, por quê? Ele que já tem dado sua participação aqui, como Deputado.

Então, é uma questão que tem que ser resolvida pela competência e pela capacidade do Presidente Nelson Justus, pela nossa Deputada Rafagnin, 2ª Secretária e pelo grande Líder político, que é uma surpresa para o Paraná a sua inteligência e o seu desenvolvimento político no nosso estado, que é a grande figura do neto do maior político que o Paraná já teve, Anibal Khury, que é o Alexandre Curi.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A cidade de Andirá, no norte pioneiro, foi vítima ontem de verdadeiras cenas de terror, cenas jamais vistas naquele pacato e ordeiro município, onde o povo sempre primou sua conduta de maneira ordeira e pacífica, um povo apegado ao trabalho e à paz. Mas, ocorreu um

assassinato na cidade de Andirá, um assassinato que entraria talvez na estatística quase de um assassinato rotineiro, pois um cidadão brigou com outro, já havia uma desavença muito antiga e acabou cometendo um homicídio. E a população da cidade de Andirá, que sempre amou a paz, de repente um segmento da população, e não a população como um todo, se revoltou, apedrejou a polícia, apedrejou populares e pessoas que nada tinham a ver com a história acabaram sendo feridas até com pedradas na cabeça, porque a população queria fazer justiça com as próprias mãos, queria linchar o autor desse homicídio na pacata cidade de Andirá. E como a polícia cumpriu com o seu papel de preservar a vida humana, ainda que se tratasse da vida de um assassino, uma parte da população se revoltou contra a Polícia e os policiais acabaram sendo apedrejados.

Um carro de reportagem da Rádio Cabiúna, de Bandeirantes, uma das mais tradicionais estações de rádio do nosso Brasil, emissora antiga, uma emissora que tem uma programação musical e jornalística voltada para toda a região de Bandeirantes e do norte pioneiro, onde essa emissora é respeitada, de repente uma turba enfurecida, diria até que um grupo de vândalos, acabou incendiando e destruindo totalmente o carro de reportagem da Rádio Cabiúna, da cidade de Bandeirantes.

Lamentamos, Sr. Presidente, primeiro o crime, que não é comum em uma cidade como Andirá, porque é uma cidade calma. Lamentamos a prática desse homicídio e lamentamos também a revolta que tomou conta, não de toda a cidade - o nosso respeito ao povo de Andirá, mas nossa crítica e nosso repúdio àqueles que pretendiam fazer justiça com as próprias mãos, àqueles que pretendiam linchar em praça pública o assassino.

E muito mais sério também do que essa tentativa ou essa vontade manifestada por um grupo, talvez, de pessoas que já carregam na alma a marca da truculência, pessoas que também gostam de praticar violência, de repente destruir um carro de reportagem, cujo profissional, cujo repórter estava ali, apenas e tão somente cumprindo com a sagrada missão de informar, com inteligência e com imparcialidade, a opinião pública e os ouvintes da Rádio Cabiúna, a extensão, a gravidade do fato que estava causando a revolta num segmento da população da cidade de Andirá.

Estamos aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para desejar que as autoridades policiais reprimam sempre com competência, com inteligência e com todo o rigor, todo e qualquer grupo de vândalo que tente praticar violência, seja contra carro de rádio, de jornal, de TV, carro de cidadão comum, ou que venha a tentar fazer justiça com as próprias mãos.

Nossa tristeza porque, volto a repetir, Andirá tem como marca registrada, tem como tradição a paz, esse espírito de trabalho até pioneiro, trabalho de garra de um povo que luta com sacrifício, mas com muito amor a essa terra querida que é a cidade de Andirá, e que hoje está no noticiário do Brasil inteiro por esse ato de violência, que

volto a repetir, não é de gente que gosta de paz, não é de gente que gosta de segurança; é de um grupo de vândalos que tenta tumultuar, que tenta criar maior gravidade, maior incidente, maior tumulto numa hora tão grave como aquele momento que a cidade de Andirá estava vivendo. Que a justiça puna, condene o autor do homicídio, que dê a ele uma pena severa, mas que também aqueles que incendiaram o carro de reportagem da Rádio Cabiúna sejam igualmente, rigorosamente punidos, para servir de lição que devemos sempre dar a nossa contribuição para semear a paz, o amor e a concórdia; e jamais se apoiar àqueles que instigam a violência em nossa cidade, ou em nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Presidente da República, na sua fala no café da manhã, disse o seguinte na manhã de hoje: “Vamos fazer deste país um verdadeiro canteiro de obras”. E aqui no estado não vai ser diferente. O Presidente Lula não olha a cor partidária, inclusive na sua fala deixa muito claro que o critério é eminentemente técnico, ou seja, não quero saber se o Prefeito é do PFL, do PMDB, do PT, ou de qualquer partido - um exemplo aqui em Curitiba são os investimentos que serão feitos na área do saneamento e da habitação. O que o Presidente quer saber, e que o nosso Governo quer saber do processo que vai ser feito de investimentos do Governo Federal em parceria com o estado e com municípios, é: vai atender à população necessitada?

Então, essa é uma visão muito clara, muito firme do nosso Presidente da República, inclusive que tem sido alvo de críticas de um movimento que se diz: “Cansei”, que até respeitamos, mas o que está por trás disso? Parece que se quer um golpe, Srs. Deputados, no país! Nós, do PT, vamos reagir com muita firmeza, com os movimentos sociais que sempre nos apoiaram. Não vamos admitir que um Governo eleito democraticamente seja, pode até ser criticado, nós aceitamos isso, mas é inconcebível trabalhar numa tentativa de golpe, tentando criar, a partir de uma fatalidade como foi o acidente com o avião da TAM, tentar imputar culpa ao Governo, que agora já foi desmistificado. O PT já externou toda a sua solidariedade também às famílias vítimas desse acidente, mas me parece que se quer um 3º turno, que não se admitiu a eleição do Presidente Lula no 2º mandato.

Aliás, a situação do país, do ponto de vista econômico, é uma das melhores vividas em toda época da república. As nossas reservas internacionais, a situação de crescimento real e de consolidação da economia.

Nós do PT, que somos do partido do Presidente Lula, bem como seus aliados, vamos fazer de tudo para que o Governo Lula cumpra suas metas definidas para os municípios, independente de partido, como é o investimento aqui na capital, que é um Governo do PSDB, é um Governo que realmente tem uma visão republicana, uma visão em defender o interesse do país, fazendo com que o povo brasileiro saiba escolher bem. Tanto é que os indicadores da Folha de São Paulo, no dia de ontem, provaram que o povo aprova em ótimo e bom, em pelo menos 50% da população. É um número significativo, com todo tiroteio que fazem para diminuir a popularidade do Presidente, tentando criminalizá-lo de forma injusta.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PMDB, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do PMDB para falar sobre um tema que é muito importante que é a questão dos medicamentos, principalmente os de uso contínuo, para pessoas portadoras de doenças crônicas.

A Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa entrou com um projeto de lei, onde vai acabar com o problema da judiciação que está sendo feito pelos medicamentos.

Hoje, por não estar atualizada a lista de medicamentos do Ministério da Saúde, que há anos não se reúne para tratar desse tema, e todo mês surgem novos medicamentos, apresentamos um projeto de lei muito similar ao que o Senador Flávio Arns apresentou em Brasília. Fizemos algumas modificações, unimos outras idéias e foi assinado por quase todos os membros da Comissão de Saúde.

Apresentamos o projeto de lei onde será feita uma câmara técnica, composta pelo Ministério Público, pela Secretaria de Saúde do Estado e por várias entidades que cuidam de portadores de doenças crônicas e congênitas, onde será atualizada anualmente, aqui no Paraná, independentemente da lista de Brasília, para o fornecimento a esses portadores de deficiência, sem que tenham que se socorrer da Justiça para o fornecimento desses medicamentos.

Isso vai ser bom para o Governo, porque estará recebendo quem precisa. Terá uma lista atualizada, onde o Secretário da Saúde acompanhará isso e saberá quais são os medicamentos, o custo deles e as negociações que poderão ser feitas. Não vai ter mais aquele susto de receber uma ação judicial para o fornecimento, pois acaba sendo mais caro. Não se sabe há quanto tempo a pessoa tem a doença, se o medicamento é importado ou não.

Com essa lista, até os Juízes poderão se balizar a tomar decisões. Elas não mais acontecerão, porque isso vai estar atualizado.

É uma câmara técnica que vai debater esse assunto, vai poder negociar preços, condições, que tipos de medicamentos vão ser fornecidos e esse assunto vai ser encerrado. Hoje, o grande problema que temos é que, como a lista não é atualizada, surgem medicamentos, todo mês e isso gera uma demanda judicial muito grande, gera custos muito grandes, gera descontrole, falta de planejamento. Isso vem solucionar o problema que nós temos, hoje, a nível de Paraná.

Acho que é bom para a Secretaria da Saúde, para o Governo do Estado e, principalmente, para a população e para as pessoas que precisam de medicamentos. Há toda uma condição técnica respeitada e sendo consultada neste projeto de lei. Este projeto trata, também, do assunto de prótese e outros tipos de produtos de saúde, além de medicamentos. Então, quero só comunicar a esta Casa a importância deste projeto. É um trabalho, sério, feito aqui dentro, e que depois vai ser debatido e votado neste Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, por solicitação do Deputado Accorsi, registramos e agradecemos a presença da Vereadora Aline, do PSDB, do município de Castro. Muito obrigado pela presença!

Por solicitação do Presidente Nelson Justus, queremos comunicar ao Plenário o falecimento do ex-Deputado Luiz Roberto Soares, irmão do Conselheiro Caio Soares, do Tribunal de Contas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 240/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública, a realização de campanha de esclarecimento, alertando sobre os malefícios da utilização do narguilé ou cachimbo d'água. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente designando, o Sr. Deputado Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis nos dias 05, 06, e 07 de agosto de 2007, na cidade de Montevidéu,

República Oriental do Uruguai, na reunião da UPM - União Parlamentar do MERCOSUL. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Comissão de Saúde, composta pelos Srs. Deputados Stephanes Júnior, Ney Leprevost, Teruo Kato, Rosane Ferreira, Dr. Batista, Tadeu Veneri e Marcelo Rangel, constante do expediente. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2237, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando autorização para representar a Assembleia Legislativa na IV Edição do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos em Foz do Iguaçu, nos dias 15 e 16 de agosto. **À Comissão Executiva.**

O Deputado Malucelli solicita à Mesa que seja registrada a presença do Vereador José Carlos Zamponi, acompanhado de Rafael Cristo e Marino Costa, do município de Porto Barreiro. Muito obrigado pela presença das ilustres autoridades que participam da nossa Sessão.

O presidente Nelson Justus convida a todos para a Sessão Solene aos 153 anos da Polícia Militar do Paraná, por proposição do Deputado Antonio Anibelli, a realizar-se às 18h de hoje, neste Plenário. Portanto, todos os Deputados estão convidados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 258/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que disciplina a utilização de eletrotermofototerapia em clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 374/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que obriga a inclusão do telefone e endereço do órgão de fiscalização do estado em defesa do consumidor - PROCON-PR, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 388/07, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira, que dispõe sobre a orientação aos consumidores a exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/07, de 28/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/07, de autoria do Deputado Elio Rush, que revoga o artigo da Lei Estadual 13213, de 29 de junho de 2001. (Precatório). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instalação de coletores de lixo reciclável nas universidades, faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CICT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Alto Piquiri. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do serviço voluntário ambiental no âmbito do estado e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2221, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2250, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2222, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2224, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2227, 2228 e 2230, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só fazer um adendo a esse requerimento, reafirmar os votos para parabenizar o nosso Ministro da Educação, que lançou o projeto de alfabetização pelo estado do Paraná. Mas, vamos lançar essa semana um projeto aqui na Assembléia, unido com o Secretário de Estado Maurício Requião para aglutinar todos os Vereadores e Prefeitos do Paraná, independente da região, independente do partido, para que juntos possamos realmente alfabetizar todos os irmãos paranaenses. Por isso, referendar ainda mais esse ofício e dizer que estaremos juntos nessa meta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimentos nºs 2225, 2226, 2231 e 2243, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2229, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento n° 2232, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Elton Welter, que requer autorização para representar a Assembléia na IV Edição do Programa de Ensinos Avançados, para Líderes Públicos em Foz do Iguaçu. À Comissão Executiva, para as devidas providências. A Mesa Executiva designa o Deputado Fernando Carli Filho, para representar a Casa de Leis, na União Parlamentar do MERCOSUL.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Ouvi V. Exa. falar sobre um tema que é correlato a um outro que eu queria tratar. Formalizar à Mesa: quem foi escolhido ou se a Assembléia já discutiu um processo de discussão, para poder escolher os representantes e os delegados desta Casa, que representarão a Assembléia na Edição da III Conferência Estadual das Cidades, que será realizada no final de setembro, na cidade de Foz do Iguaçu. Consultar à Mesa sobre esse processo, porque recentemente recebi, por parte do Coordenador da Comissão Estadual que realiza este evento, que é feito estadualmente, mas é um evento nacional de promoção do Ministério da Cidade do Governo do Presidente Lula, que faz a discussão sobre o avanço da gestão democrática sobre as políticas públicas. Parece-me que até agora não foi escolhido nenhum representante desta Casa para representá-la com o delegado, nesta conferência. Aliás, queria me inscrever para ser um dos delegados a participar desta conferência, representando a Assembléia Legislativa, eu que já fui na primeira edição o Coordenador Estadual da conferência. Mas eu gostaria que a Mesa pudesse encaminhar este tema, que acho da maior relevância. Desculpe-me fazê-lo, agora, mas aproveitei justamente quando estava sendo tratado um tema.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Nós levaremos à reunião da Executiva, amanhã - estará sendo realizada às 11h - para que a Mesa da Assembléia possa tomar esta decisão, conforme foi solicitado por V. Exa. Levaremos o vosso nome como uma das sugestões, diga-se de passagem, muito apropriada para representar esta Casa, para discutir este tema tão relevante.

Requerimento n° 2240, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 2241, de autoria do Sr. Deputado Waldyr, Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2251 e 2252, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2235 e 2236, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria parabenizar o Prefeito Beto Richa, pela escolha do ex-Presidente desta Casa, ex-Deputado Nilso Sguarezi, como Secretário de Assuntos Institucionais da Prefeitura de Curitiba. Entendo que um ex-Parlamentar, com a experiência do ex-Deputado Nilso Sguarezi, profissional probo, advogado de renome, com um passado ilibado. Quero deixar aqui o registro pela escolha do ex-Presidente da Casa, como Secretário Municipal de Curitiba.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Fiz 2 requerimentos. Não sei se V. Exa. chegou a colocar na Ordem do Dia. Não ouvi V. Exa. falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Foram lidos e dados como aprovados, 2 votos de pesar.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 236 e 415/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 364/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 154, 178, 206, 333 e 368/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE AGOSTO DE 2007.

“REFORMA POLÍTICA RADIAL”

Léo de Almeida Neves.

Gazeta do Povo.

O voto distrital misto seria o complemento indispensável para o aperfeiçoamento democrático, elegendo-se metade da representação legislativa por distritos e a outra metade pelo sistema de representação proporcional.

As pesquisas de opinião revelam um Legislativo desqualificado e com o mais alto índice de rejeição. Para mudar esse quadro é necessário atrair às disputas eleitorais homens e mulheres idealistas, detentores de inequívoca vontade de servir à coletividade, que não se dispõem a concorrer devido ao custo das campanhas.

A primeira providência de uma autêntica reforma política é reduzir substancialmente os gastos eleitorais, eliminando os artificialismos que subvertem e influenciam a mente do eleitor.

A legislação deve manter a proibição de doações de qualquer espécie, seja dinheiro, material de construção, camisa, régua, lápis, caneta, sapato, dentadura, roupa, etc. Showmícios e outdoors estão fora de cogitação.

A lei tem que vedar expressamente favorecimentos a clubes de futebol - como taças, jogos de camisas, chuteiras e quaisquer vantagens a associações de bairros, entidades recreativas ou beneficentes, igrejas, templos e sede de religiões.

O maior item de dispêndio dos candidatos a cargos executivos ou legislativos é o pagamento dos marqueteiros, que organizam os programas de rádio e televisão, com tomadas externas, efeitos sonoros, jogo de luzes e toda a criatividade desses especialistas para angariar a atenção e o apoio das multidões.

Houve tempo no Brasil em que os candidatos se apresentavam ao vivo nos meios de comunicação, durante os horários gratuitos concedidos por meio do TRE. Havia autenticidade e espontaneidade, com ligação direta candidato-eleitor, sem interferência de terceiros.

O transporte no dia do pleito a deficientes físicos e a idosos caberá exclusivamente à Justiça Eleitoral, mediante solicitação prévia. As despesas eleitorais ficariam restritas à impressão de panfletos, impressos contendo propostas dos candidatos e cartazes, esses últimos colocados em locais pré-determinados pelas prefeituras.

Se as medidas aqui elencadas fossem transformadas em lei rigorosamente cumpridas e sua transgressão apurada em processo sumário, com cassação das candidaturas, o custo das campanhas cairia para valores mínimos, facilmente suportáveis pela participação financeira

do candidato e de pessoas físicas, com teto estipulado percentual da renda líquida declarada no Imposto de Renda. Essas contribuições aos candidatos poderiam ser abatidas de receita bruta da declaração do ano seguinte.

Com essas regras limitadoras, poder-se-ia adotar o pagamento pelo governo federal aos partidos das campanhas eleitorais, conforme o percentual de votos proporcionais obtidos nas últimas eleições.

Quando da redemocratização do país, em 1945, após 15 anos de ditadura, elegeram-se nossas melhores representações parlamentares, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Voluntários, notadamente jovens, encarregavam-se dos procedimentos eleitorais dos candidatos do PSD, UDN, PTB e PCB, então na legalidade, e do PSP e PDC, partidos extintos pelo Ato Institucional nº 2, no maior atentado à democracia praticado pelo regime militar instaurado em 31 de março de 1964.

O voto distrital misto seria o complemento indispensável para o aperfeiçoamento democrático, elegendo-se metade da representação legislativa (Deputados Federais e Estaduais e Vereadores) por distritos e a outra metade pelo sistema de representação proporcional, ora vigente.

No capítulo das inelegibilidades, os candidatos com notória exposição pública só poderiam concorrer pelos distritos, aqui se incluindo os jogadores de futebol e outros esportistas, locutores de rádio e apresentadores de televisão, artistas em geral e expoentes das diversas religiões. Fidelidade à legenda pela qual se elegeu é norma inerente à boa democracia.

Para neutralizar as ditaduras de direção partidária e sua nefasta influência nas decisões, dever-se-ia estabelecer a obrigatoriedade da presença de fiscais da Justiça Eleitoral nas Convenções.

A experiência de quem disputou eleições antes da ditadura de 1964 (pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas e presidido por João Goulart), pelo MDB em 1966 e pelo PMDB em 1982 e 1986, me dá autoridade e conhecimento para dizer que nas eleições de 1982 e nas que se seguiram, aumentou gradativamente a ingerência do dinheiro e da máquina administrativa. Aliás, a nova lei não pode deixar de coibir duramente o uso eleitoral das estruturas das prefeituras, dos governos estaduais e da União.

Se os fatores dinheiro e uso da máquina desaparecerem dos pleitos, poderiam ser convocados às pugnas eleitorais professores universitários e do magistério em geral, magistrados aposentados, cientistas, escritores, jornalistas, profissionais liberais, líderes estudantis e sindicais das classes assalariada e patronal.

Ainda bem que não prevaleceu o voto na lista partidária, que tiraria do eleitor o direito de escolher o candidato de sua preferência. Está na hora igualmente de sepultar de vez a reeleição, que violenta a tradição política brasileira e compromete o primeiro mandato dos ocupan-

tes de cargos executivos, por atitudes popularescas e eleitoreiras para conseguir se reeleger.

O tema merece aprofundamento de discussão, mesmo porque vários itens implicarão em reforma constitucional. Vale a pena esperar, evitando açodamentos que poderão piorar o que já é ruim.

Léo de Almeida Neves, membro da Academia Paranaense de Letras, é ex-Deputado

Federal e ex-Diretor do Banco do Brasil.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1600/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06860, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à JUSSARA REGINA DE CASTRO, matrícula nº 40217, portadora do RG nº 11486258 e CIC nº 688.452.439-15, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 12 de maio de 1983, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada na Coordenação da Ata, abono permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1601/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06704, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à Nanci Terezinha Kotelak Marques, matrícula nº 029, portadora do RG nº 460981-6 e CPF nº 056.658.099-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-05, lotada na Coordenadora da Ata, abono permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1602/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6207, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à MARIA REGINA SUBTIL, matrícula nº 40436, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria Legislativa da Casa, abono permanência nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir desta data.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1603/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6697, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à ELI HANNMANN, matrícula nº 41002, portadora do RG nº 939117-PR e do CPF nº 037.285.879-15, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1990, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-04, lotada na Procuradoria-Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1604/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06188, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, à ROSELI DA SILVA, matrícula nº 40348, portadora do RG nº 3636409-PR e do CPF nº 553.386.159-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1990, ocupante do cargo de Consultor Jurídico,

dico, nível NUE-04, lotada na Procuradoria-Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1606/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06701, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à VALERIA CORTES CHAVES FRANÇA, matrícula nº 41248, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, licença especial de três (03) meses, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1608/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6002, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, à ANA RODRIGUES DE CAMARGO, matrícula nº 40337, portadora do RG nº 01262658-PR e do CIC nº 699.387.849-68, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei de nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato e juntando uma cópia do mesmo, anexar a anuência de seu superior para requerer, por escrito, a marcação da data escolhida junto ao Departamento de Pessoal, para que se cumpra as exigências do artigo 250 da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1609/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06028, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à JUSSARA REGINA DE CASTRO, matrícula nº 40217, funcionária Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada na Coordenadoria da Ata, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. Deverá aguardar a publicação deste Ato e juntando uma cópia do mesmo, anexar a anuência de seu superior para requerer, por escrito, a marcação da data escolhida junto ao Departamento de Pessoal, para que se cumpra as exigências do artigo 250 da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1610/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06029, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à MARIA DE FATIMA PEREIRA, matrícula nº 40739, funcionária Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de técnico Administrativo, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. Deverá aguardar a publicação deste Ato e juntando uma cópia do mesmo, anexar a anuência de seu superior para requerer, por escrito, a marcação da data escolhida junto ao Departamento de Pessoal, para que se cumpra as exigências do artigo 250 da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1611/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5817, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à NEUSA MARIA DA SILVA, matrícula nº 40988, portadora do RG nº 1899931 e do CPF nº 537.428.429-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de agosto de 1990, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, exercendo o cargo de Técnico em Contabilidade, licença especial de três (03) meses, me virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6.174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral:

Portarias

PORTARIA Nº 137/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6701, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, em favor de VALERIA CORTES CHAVES FRANÇA, matrícula nº 41.248, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, seis (06) meses por não haver se

afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6.174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, 26.07.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 138/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6989, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde (maternidade) à servidora deste Poder Legislativo, GIORGIA BERNARDO SANTOS, matrícula nº 7457, de cento e vinte (120) dias, a partir de 21 de julho de 2007, CID. X 0.80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 30.07.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 139/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6863, datado de 10 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde (maternidade) à servidora deste Poder Legislativo, ALESSANDRA ROSSINI, matrícula nº 6792, de cento e vinte (120) dias, a partir de 05 de maio de 2007, CID. X 0.80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 30.07.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

